

Últimos dias para placas de final 9 e 0 pagarem IPVA com 5% de desconto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Vence nessa semana o prazo para os proprietários de veículos com placas de final 9 e 0 aproveitarem o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) de 2021, em cota única.

Os prazos se encerram nos próximos dias 29 e 30 de julho, respectivamente. As datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia, disponível no www.sefaz.ba.gov.br, Canal Inspeção Eletrônica.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm também até os dias 29 e 30 de julho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto.

Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. As placas de final 1, 2, 3 e 4 já perderam o prazo para quitação do imposto.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo.

Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspeção Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021.

No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Bahia registra 1.337 novos casos de Covid-19 e mais 54 óbitos pela doença

Bahia registra 774 novos casos de Covid-19 e mais 36 óbitos pela doença

Desembargador rejeita recurso de secretário acusado de furar fila de vacinação contra Covid

Outdoors de apoio ao presidente Jair Bolsonaro são depredados em Vitória da Conquista

Assuntos e Palavras-Chave: SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Vacina, Coronavírus | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA

Últimos dias para placas de final 9 e 0 pagarem IPVA com 5% de desconto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Vence nessa semana o prazo para os proprietários de veículos com placas de final 9 e 0 aproveitarem o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) de 2021, em cota única. Os prazos se encerram nos próximos dias 29 e 30 de julho, respectivamente. As datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia, disponível no www.sefaz.ba.gov.br, Canal Inspetoria Eletrônica.

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA) alerta ainda que os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm também até os dias 29 e 30 de julho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel ficará com a documentação irregular. As placas de final 1, 2, 3 e 4 já perderam o prazo para quitação do imposto.

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspetoria Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo). Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da

Fazenda - IPVA

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

RETOMADA Iniciativa integra estratégia para promover a capital baiana nos principais mercados emissores de turistas do Brasil e da América do Sul

Road Show visa aquecer o turismo em Salvador

DA REDAÇÃO

A prefeitura de Salvador, em parceria com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - Bahia (ABIH-BA), apresentou ontem o Road Show Salvador 2021, um evento que integra a estratégia para promover a capital baiana nos principais mercados emissores de turistas do Brasil e da América do Sul.

As novidades da ação, com investimento para execução orçado em R\$ 300 mil, foram apresentadas pelo prefeito Bruno Reis e pelo titular da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Secult), Fábio Mota, durante a manhã, no Teatro Gregório de Matos (Centro). Também estiveram presentes os presidentes da ABIH-BA, Luciano Lopes, e da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), Ângela Carvalho, entre outros representantes ligados ao trade.

Na ocasião, também foi divulgado o balanço do projeto Live Tour Salvador - maratona de transmissões ao vivo nas redes sociais que apresentou parte da diversidade de equipamentos e pontos turísticos que existem na cidade.

Iniciativas

O Road Show Salvador prevê a realização de capacitação voltada para o canal de vendas do turismo, incluindo operadores e agentes de viagens, e acontecerá em mais de dez cidades do país e do exterior - todas elas oferecendo voos para a capital baiana. A iniciativa começa já partir da próxima sexta-feira (30) e deve durar até o final do ano. Estão programadas visitas a Aracaju (SE),



As novidades foram apresentadas ontem pelo prefeito Bruno Reis

Porto Alegre (RS), Brasília (DF), Goiânia (GO), São Paulo/ABC (SP), Rio de Janeiro, Belo Horizonte (MG) e Curitiba (PR), além de Buenos Aires e Córdoba (ambas cidades na Argentina), e Santiago (Chile).

A iniciativa começa a partir da próxima sexta-feira (30) e deve durar até o final do ano

Com os números da crise sanitária controlados e em queda, a ideia também é mostrar que a capital baiana está preparada para retornar às atividades turísticas, assim como os investimentos municipais e protocolos sanitários adotados para tornar a vinda dos turistas segura.

Também serão realizadas Famshows (viagens de familiarização), com o objetivo de trazer para Salvador os principais agentes de vendas e profissionais que influenciam a decisão de viagens do chamado público final, bem como clientes corporativos para viverem as experiências proporcionadas pela cidade.

A prefeitura ainda apoiará o Hospitality Experience, evento organizado pela ABIH com a finalidade de trazer as novas tendências do mercado de turismo, capacitação, oportunidades de network, palestras sobre as diversas temáticas de interesse do segmento, além de discutir políticas públicas para o setor.

"Temos muita fé e esperança de começar definitivamente a virar esta página. A prefeitura não medirá esforços para recuperar o turismo", disse o prefeito, com a estimativa de que o setor turístico da cidade se fortaleça já a partir do próximo verão.



Você já uberizou seu negócio?

Divulgação



ANA COELHO

CEO do Grupo Aratu e vice-presidente da Associação Comercial da Bahia

A forma como a gente interage mudou e vai continuar mudando. Vivemos a maior transformação sociocultural da história. Os aparelhos, a internet e as redes sociais mudaram a forma como os negócios e as empresas se relacionam e se conectam. E, por incrível que pareça, muita gente ainda não compreende esse momento como deveria.

A maior empresa de conteúdo do mundo não produz conteúdo. É o YouTube. A maior loja do mundo não fabrica nada. É a Amazon. A maior empresa de transporte particular não tem um carro. É a Uber.

A Uber mudou a forma como nos transportamos, poupou tempo, facilitou nossas vidas, provocou uma grande mudança de hábito e virou verbo. A provocação do momento: você já "uberizou" o seu negócio?

Para alguns pensadores, vivemos a era pós-digital. Walter Longo, criativo, escritor, defende que a internet já está tão presente no nosso dia a dia que não existe mais on e off, tudo se mistura e só notamos a sua existência quando ficamos sem conexão. É tão natural que nem a percebemos. Todas essas transformações têm relação direta com a forma como nos comunicamos (e como as empresas se comunicam). O celular expandiu nossas possibilidades de relacionamento, e nossa capacidade de influenciar pessoas. As pessoas passaram a usar aplicativos para se conhecer, se comunicar, até para pedir comida. Nasce a sensação de que sempre usamos o aplicativo iFood para pedir comida em casa e às vezes nos esquecemos de como era a vida sem ele. E que bom que essa startup fundada para facilitar uma necessidade de todos é uma empresa brasileira.

Existem 160 milhões de usuários de internet no Brasil. Ou seja, 75% da população usa a internet. Nós gastamos uma média de 10 horas e 08 minutos por dia usando a internet, ou seja, somos altamente conectados. Esses são dados da "We are Social e Hootsuite" no relatório 2021. Os dados só confirmam o momento que estamos vivendo. E a Uber passou a ser apenas mais uma plataforma usada para facilitar nossas vidas.

Como CEO do grupo Aratu, arrisco dizer que estamos uberizando a produção de conteúdo. A televisão tem como principal função produzir e distribuir conteúdo com intuito de transformar a vida do baiano. Após 52 anos de história, criamos uma plataforma, o nosso Uber, em que cada pessoa poderá fazer o upload do seu conteúdo e vamos distribuir para toda a Bahia. O Aratube é uma plataforma de conteúdo colaborativo e seu propósito é empoderar os cidadãos e as comunidades. Vamos amplificar a voz de quem só é ouvido de maneira restrita.

O papel das empresas e dos líderes é tentar entender os desafios, ficar atento às ações que fazem sentido para o consumidor. Assim como o iFood e a Uber o fizeram, resolvendo questões do nosso cotidiano, a sua empresa pode, sim, fazer mudanças similares. Pode, sim, transformar-se. Ter sua marca aberta para apoiar as causas sociais é um dos passos para conseguir ter sucesso numa transformação digital. Aquilo que é único, o que é só seu, vai ser o principal ativo. Você precisa enxergar e depois fazer os outros enxergarem essa singularidade e a partir daí, está pronto para começar a uberização do seu negócio.

AUXÍLIO

INSS revisa 170 mil benefícios

AGÊNCIA BRASIL

Cerca de 170 mil segurados da Previdência Social que recebem benefícios por incapacidade temporária - o antigo auxílio-doença - devem ficar atentos para agendar nova perícia médica.

Os prazos para fazer o agendamento começam a expirar em agosto. Quem não tomar a providência corre o risco de ter o pagamento suspenso.

Desde o início de julho, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começou a

enviar cartas para segurados que não realizam perícia médica há mais de seis meses. Quem recebe a convocação tem 30 dias, a contar da data de recebimento notificada pelos Correios, para agendar o procedimento.

O INSS poderá também convocar as revisões utilizando a rede bancária, considerando o órgão pagador do benefício, quando esse tipo de notificação for disponível. Estão previstas ainda as convocações por meio eletrônico ou edital em Diário Oficial.

Prazo
A revisão em benefícios por incapacidade temporária

segue até dezembro, quando todas as convocações já devem ter sido expedidas. As revisões serão realizadas por peritos médicos federais em horários extraordinários.

Segundo o INSS, das 724 agências da Previdência que possuem serviço de perícia médica, 619 estão funcionando e 2.549 peritos médicos estão com as agendas abertas para atendimento. O tempo médio entre o agendamento e a realização da perícia médica está em 39 dias.

Prazo
A revisão em benefícios por incapacidade temporária

RELATÓRIO

FMI: Brasil deve crescer 5,3%

AGÊNCIA BRASIL

O Fundo Monetário Internacional (FMI) melhorou a perspectiva de crescimento do Brasil neste ano, citando a melhora nos termos das trocas comerciais do país, mas ao mesmo tempo reduziu a alta estimada para 2022.

O relatório Perspectiva Econômica Global do FMI, divulgado ontem, mostrou que o fundo estima um crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro de 5,3% em 2021, 1,6 ponto percentual a

mais do que era previsto em abril. Entretanto, para 2022 a projeção de crescimento foi reduzida em 0,7 ponto, para

Fundo estima crescimento do PIB 1,6% maior do que era previsto em abril

1,9%. A melhora do cenário do país para este ano ajudou a elevar a perspectiva de crescimento econômico da América Latina e Caribe para 5,8% em 2021, 1,2 ponto a mais do que em abril. A previsão para a região no ano que vem, por sua vez, melhorou em apenas 0,1 ponto, e ficou em 3,2%.

"A melhora da projeção para a América Latina e Caribe resulta principalmente de revisões para cima no Brasil e México, refletindo resultados melhores do que o esperado no primeiro tri-

mestre", disse o FMI no relatório.

Além disso, o Fundo citou repercussões positivas para o México da melhora do cenário para os Estados Unidos e termos comerciais em alta expressiva no Brasil, favorecido pela alta dos preços das commodities.

Já a perspectiva para o grupo de Mercados Emergentes e em Desenvolvimento, do qual o Brasil faz parte, passou para 6,3% em 2021 e 5,2% em 2022, ante 6,7% e 5%, respectivamente, previstos em abril.

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redebahia.com.br

@satelite

O setor de arte e cultura é um dos mais atingidos pelas medidas da pandemia. Que o Estado garanta nesse período de proibições uma renda mínima para a categoria

Ronaldo Carletto

Deputado federal do PP da Bahia, ao defender a aprovação de um projeto de lei de sua autoria que institui socorro financeiro emergencial para ajudar músicos e produtores musicais

Mãozinha do inimigo

Apesar da forte rivalidade política com o PT, o Palácio do Planalto considera que o governador Rui Costa agiu como parceiro para desmobilizar a greve dos caminhoneiros na Bahia e ajudar a enfraquecer a ofensiva, prevista para começar no último domingo. No estado, a tática usada por líderes do movimento foi fugir das BRs para escapar do cerco da Polícia Rodoviária Federal e bloquear estradas estaduais com fogos intenso de veículos de carga. Anteontem, os caminhoneiros tentaram travar a rodovia CIA-Aeroporto (BA-526), uma das mais movimentadas vias de acesso à BR-324 na Região Metropolitana de Salvador, mas a Polícia Militar agiu rapidamente para desmontar a ação dos grevistas.

FESTA SURPRESA

A princípio, a cúpula do governo Jair Bolsonaro temia que o petista, assim como o governador paulista João Doria (PSDB), fizesse vista grossa para a mobilização, por causa dos conflitos com o presidente. Mas, segundo apurou a Satélite, a atuação de Rui Costa foi recebida como gesto de boa vontade no Planalto.

Que é isso, companheiro!

O crescente alinhamento do senador Angelo Coronel (PSD) com a tropa bolsonarista no Congresso tem gerado mal-estar no seu principal aliado político, o também senador Otto Alencar, que comanda o partido no estado. A interlocutores próximos, Otto não esconde as críticas sobre a postura contrastante de Coronel em relação ao resto da bancada baiana na Casa. Nos bastidores do Senado, corre a tese de que a paquera com a ala governista ganhou corpo após o noticiário incluir o parlamentar na lista de novos alvos supostamente sob a mira da Procuradoria-Geral da República na Operação Faroeste.

Guerra secreta

Apesar do assédio de lideranças da oposição na OAB da Bahia, o criminalista Gamil Föppel sinalizou a aliados que ficará fora do páreo pela presidência da entidade. Em contrapartida, deixou claro que vai se empenhar pessoalmente para transferir o capital conquistado na última eleição da ordem, quando ficou em segundo com oito mil votos, a um candidato competitivo. Tudo indica que o esforço de Gamil tem como foco exclusivo impedir a vitória de Luiz Coutinho, presidente da Caixa de Assistência dos Advogados da Bahia (Caab), com quem possui um longo histórico de inimizade.

Pato a pagar

Deputados estaduais e federais do PP elevaram o nível de pânico com a possível interferência da Executiva Nacional da legenda nas alianças locais para 2022. Caso se confirmem rumores de que o acordo que ampliou o poder dos pepistas na Eplanada dos Ministérios esteja condicionado ao apoio unilateral à reeleição de Bolsonaro nos estados-chave, parlamentares do PP baiano acham que a conta negativa sobrá para quase todos eles. Além da perda de cargos no governo estadual, há o ônus decorrente da alta rejeição a Bolsonaro em suas bases.

Resta um

Para frear a sanha de quem quer outra opção ao senador Jaques Wagner na briga pelo Palácio de Ondina, cardeais do PT argumentam que a força do ex-prefeito ACM Neto (DEM) exige alguém com musculatura.

Salvador expande oportunidades na retomada

Com série de iniciativas, a cidade começa a ver a economia voltar a crescer.

30/07, Leia aqui no Correio.

Salvador gera empregos e oportunidades de negócios

IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Requerente: JMJ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. CNPJ: 14.034.891/0001-01, com sede na Av. Tancredo Neves, 274, Centro Empresarial Igualitéri, Bloco A, Sala 118 - Caminho das Árvores, Salvador/BA. Requeridos: JALISON GESTORA DE OLIVEIRA, CPF: 600.631.915-19, QD 01 LT 04 - VALOR R\$34.248,15; PAULO HENRIQUE OLIVEIRA E SILVA, CPF: 020.124.085-83, QD 25 LT 05 - VALOR R\$24.097,20; IRACEMA MARIA SILVA NASCIMENTO, CPF: 398.888.005-15, QD 18 LT 11, VALOR R\$81.995,88; DENISE MARIA BECKER, CPF: 546.312.465-53, QD 19 LT 06, VALOR R\$274.697,90; LUCIENE FERREIRA DE CARVALHO, CPF: 611.093.265-72, QD 18 LT 05, VALOR R\$56.762,19. Nos termos do presente Edital, vem DAR PUBLICIDADE A TODOS QUE O PRESENTE EDITAL VIREM, que fica(m) devidamente INTIMADO(S) os Requeridos acima citados, atualmente em lugar incerto e não sabido, para comparecer(em) na sede da empresa Requerente e assim efetuar o pagamento da importância citada acima e devidamente atualizada, nos termos da Cláusula Oitava do Contrato de Promessa de Compra e Venda - MORA E INADIMPLETAMENTO - resolutive e de validade automática, reza que: "O vencimento e não pagamento de 03 (três) parcelas ou qualquer delas por prazo superior a 90 (noventa) dias, implicará na resolução deste promessa de compra e venda, transferindo-se a terceiros, se for o caso, os direitos e obrigações independentemente do consentimento do COMPRADOR...". no prazo de 15 dias. Transcorrido o prazo sem o pagamento voluntário, o referido imóvel será retomado ficando à disposição para alienação a terceiros, sendo o débito encaminhado para execução judicial nos termos da lei. Salvador/BA, 19 de julho de 2021.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL DA FORTE SAÚDE - FORTE SAÚDE - COOPERATIVA DE TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE E DE APOIO
CNPJ Nº 26.629.093/0001-01 - NIRE Nº 29400042287
A FORTE SAÚDE - COOPERATIVA DE TRABALHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE E DE APOIO, inscrita no CNPJ Nº 26.629.093/0001-01, a intermédio de sua Presidente Sheila Mota Santana Assesmany, no uso das atribuições de lei e no forma do Estatuto Social, salientando a expedição de circular para os demais postos desta Cooperativa e aos cooperados, convoca os(as) senhores(as) cooperados(as) para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL, que se realizará na sede desta Cooperativa situada na Av. Tancredo Neves, 2421, Empresarial Redenção, Salas 1401/1402 - Caminho das Árvores - Salvador/BA, que, justificando-se:
a) QUANTO A FORMA SEMIPRESENCIAL dispôs no art. 43-A da lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
Assim, a realização da AGE SEMIPRESENCIAL será feita na Av. Tancredo Neves, 2421, Empresarial Redenção, Salas 1401/1402 - Caminho das Árvores - Salvador/BA, no dia 31 de agosto de 2021, em primeira convocação às 08:00h, em segunda convocação às 09:00h, no mesmo dia e local, com a presença de metade mais um do número total de cooperados e/ou votantes, e persistindo a falta do quórum legal, em última convocação às 10:00h, com a presença mínima de 50 (cinquenta) cooperados ou 20% do total de cooperados e/ou votantes, o que for menor, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:
I - Reforma e Consolidação do Estatuto Social;
II - Aprovação do Modelo de gestão operacional;
III - Aprovação do Regimento Orientador e Disciplinar com Anexo I, II e III;
PARA AQUELES QUE OPTAREM PELA PARTICIPAÇÃO E VOTAÇÃO A DISTÂNCIA, poderão exercer o direito de voto e de fazer manifestações através do preenchimento do boletim de voto a distância, disponibilizado no site <https://fortesaude.coop.br>, além dos núcleos de cooperados. As manifestações escritas ainda poderão ser encaminhadas antes e durante o conclave, através do endereço eletrônico contato@fortesaude.coop.br.
Salvador - BA, 28 de julho de 2021.
Sheila Mota Santana Assesmany - Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA RATIFICAÇÃO DE FUNDAÇÃO E ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE WANDERLEY - BA.
O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Wanderley - BA, CNPJ nº 16.446.559/0001-15, com sede na Rua do tamarindo, s/nº, Centro, CEP 47.940-000 no Município de Wanderley, Estado da Bahia, abaixo designado, convoca pelo presente EDITAL todos os membros da categoria profissional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Advogados, Inativos e aposentados rurais; assalariados e assalariadas rurais, empregados e empregadas permanentes, salaristas, e eventuais na agricultura e pecuária, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e agricultores e agricultoras familiares que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários extrativistas da base territorial do Município de Wanderley - BA integrantes do Plano da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Bahia e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE RATIFICAÇÃO DE FUNDAÇÃO E ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA a ser realizada no dia 20 de agosto de 2021, na sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Wanderley - BA, situado na Rua do tamarindo, s/nº, Centro, CEP 47.940-000 no Município de Wanderley - BA, com início às 09:00 (nove) horas, em primeira convocação e em segunda convocação, às 10:00 (dez) horas, observando o quórum estatutário, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Ratificar a fundação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Wanderley - BA, que foi realizada em 28 de março de 1987; 2) Alterar o Estatuto para: a) alterar a sua representação sindical profissional para a categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares ativos e aposentados, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a dois (02) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, no Município de Wanderley - BA; b) alterar a denominação do Sindicato para Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Wanderley - BA; 3) Ratificar a eleição e posse da diretoria e do Conselho fiscal e respectivos suplentes; 4) Outras alterações estatutárias decorrentes das anteriores do item 1. Antônio Carlos José de Brito - Presidente do Sindicato - CPF: 477.306.925-20 - NIT nº 16088823764 - Residente e domiciliado na Fazenda São Francisco, Zona Rural - CEP 47.940-000 - Wanderley/BA - Wanderley/BA, 27 de julho de 2021.
Antônio Carlos José de Brito - Presidente do Sindicato

MAIS PROFESSORES CONTRATADOS POR REDA

REDE ESTADUAL O programa Partiu Estágio vai convocar 899 estudantes universitários para atuar em secretarias, órgãos e empresas do governo do estado, na capital e no interior. O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa ontem, durante a transmissão do Papo Correria nas redes sociais. Outro destaque do programa foi a confirmação da contratação de 214 professores da

nológica do estado aprovados na seleção Reda. As publicações serão feitas no Diário Oficial do Estado (DOE) de hoje. Com a retomada das aulas no modelo híbrido, serão incluídas nessas vagas de estágio oportunidades para dar aulas de educação física, matemática e português para os universitários desses cursos. As aulas retornaram antontem com baixa adesão de professores concursados.



Equipamentos serão implantados em 39 cidades até dezembro e em mais 39 no ano que vem

CIDADES CONTEMPLADAS EM 2021

1. Salvador
2. Camaçari
3. Lauro de Freitas
4. Simões Filho
5. Candeias
6. Dias D'Ávila
7. Mata de São João
8. São Sebastião do Passé
9. Vera Cruz
10. São Francisco do Conde
11. Pojuca
12. Itaparica
13. Madre de Deus
14. Feira de Santana
15. Alagoinhas
16. Santo Antônio de Jesus
17. Vitória da Conquista
18. Jequié
19. Guanambi
20. Brumado
21. Juazeiro
22. Paulo Afonso
23. Jacobina
24. Senhor do Bonfim
25. Irecê
26. Itaberaba
27. Itabuna
28. Ilhéus
29. Teixeira de Freitas
30. Porto Seguro
31. Eunápolis
32. Valença
33. Itamaraju
34. Barreiras
35. Luís Eduardo Magalhães
36. Bom Jesus da Lapa
37. Santa Maria da Vitória
38. Ibotirama
39. Seabra

TECNOLOGIA NO COMBATE AO CRIME

Policiais militares e viaturas terão aparelhos remotos para fazer a vigilância em 78 cidades da Bahia

Gil Santos

REPORTAGEM
gilvan.santos@redebahia.com.br

A Bahia terá 78 cidades monitoradas por 4.095 câmeras de vigilância. Ontem, o governo do estado autorizou a instalação nos maiores municípios. Os equipamentos serão conectados a uma tecnologia de ponta para combater a criminalidade.

Atualmente, câmeras inteligentes fazem o reconhecimento automático de pessoas que estão foragidas da justiça ou sendo procuradas por familiares. Carros roubados também são identificados no momento em que as câmeras registram as placas. Quando isso acontece, um alerta aparece na tela de um dos 23 Centros de Operações policiais instalados na Bahia.

O que vai mudar a partir de agora é a logística. Antes, era preciso que um dos servidores que monitora o painel entrasse em contato com a viatura mais próxima e informasse as coordenadas do suspeito. Agora, os policiais militares terão um aparelho instalado nas viaturas que dará as informações imediatamente para a guarnição mais próxima do local.

Segundo o governador Rui Costa, isso vai ajudar a diminuir o tempo de resposta às ocorrências. Ele assinou a ordem de serviço para a implan-

tação do sistema, ontem, em um evento no Centro de Operações e Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (SSP), no Centro Administrativo da Bahia (CAB).

“Nós vamos melhorar muito a segurança pública fazendo prevenção aos crimes, e mesmo onde não seja possível a prevenção, nós teremos a materialidade do delito para que aqueles atores possam ser condenados judicialmente”, afirmou.

Serão 3.917 terminais de rádio comunicação de voz, vídeo e dados implantados em viaturas das unidades da Polícia Militar da capital e Região Metropolitana.

“Quero convidar a iniciativa privada a participar desse projeto, desse esforço pela segurança pública. Além das câmeras que o estado instalará nas vias públicas, cada setor empresarial pode também fazer esse investimento. As agências bancárias podem colocar imagens externas e conectar com esse sistema, os shoppings, lojas, e até mesmo condomínios”, afirmou Rui.

O governador frisou que o objetivo é ter acesso a imagens externas dos prédios. Já nos ônibus, a movimentação dentro do coletivo interessa à polícia para evitar assaltos e localizar foragidos.

TRANSMISSOR HIGH TECH

Além do aparelho fixo que ficará preso à viatura, os poli-

ciais vão receber outro transmissor de informações. É um modelo que se assemelha aos antigos aparelhos de celular com antena. Esse equipamento tem a mesma funcionalidade de um telefone, mas é configurado também para permitir o acesso aos sistemas de câmeras e ao banco de dados da SSP. Na prática, ao identificar pessoas suspeitas em um ponto de ônibus, por exemplo, os policiais poderão checar de imediato se elas têm pendências com a justiça.

O titular da SSP, Ricardo Mandarino, considerou a tecnologia um avanço e disse que já estará disponível no próximo carnaval. “Esse é um incremento de qualidade, as imagens são de qualidade. Então, teremos muito mais segurança, porque teremos muito mais detalhes do rosto da pessoa”, disse.

O Sistema de Reconhecimento Facial e de Placas integrada o ‘Projeto Vídeo Policial’ e foi implantado em 2018, após uma visita do governador a países asiáticos que já usavam da tecnologia. Naquele mesmo ano, um homem que estava sendo procurado pela polícia foi preso no carnaval de Salvador. Mesmo usando maquiagem e fantasia, foi reconhecido pela leitura facial das câmeras. Desde então, 216 pessoas já foram presas por esse sistema.

CÂMERAS NO CORPO

Agora, terá início a fase de treinamento dos policiais. A escolha dos municípios que vão receber as novas câmeras foi feita com base na população de cada um. As 39 maiores cidades terão a tecnologia até dezembro, e as outras 39 em 2022 (veja listas ao lado).

O investimento é de cerca R\$ 665 milhões, e inclui a prestação de serviço através do consórcio vencedor da licitação, o conglomerado OISA e Avante SA, por cinco anos.

Além de receber os alertas em tempo real, os rádios também permitem a gravação de imagens no momento das abordagens. Ricardo Mandarino, contou que uma tecnologia similar será licitada nos próximos meses. “Vamos comprar câmeras para colocar no peito de todos os policiais que estiverem em operação, tanto civil como militar. A câmera vai filmar a operação toda. Isso vai proteger o policial contra as acusações de abuso e vai dar segurança à população de que também ela não vai ser molestada indevidamente”, afirmou.

O sistema já está em operação em São Paulo. Na semana passada, uma equipe da SSP foi até o estado para conhecer mais detalhadamente a tecnologia. Na Bahia, a licitação será publicada em até dois meses, e o sistema estará em operação até o primeiro semestre de 2022.

CIDADES QUE SERÃO CONTEMPLADAS EM 2022

1. Serrinha
2. Cruz das Almas
3. Santo Amaro
4. Euclides da Cunha
5. Catu
6. Santo Estevão
7. Maragogipe
8. Entre Rios
9. Amargosa
10. Esplanada
11. Cachoeira
12. Olindina
13. Ubaituba
14. Saubara
15. São Miguel das Matas
16. Nova Fátima
17. Caetité
18. Rio das Contas
19. Itirucu
20. Érico Cardoso
21. Jussiapetropolis
22. Casa Nova
23. Capim Grosso
24. Pindobatu
25. Novo Triunfo
26. Ponto Novo
27. Prado
28. Itacaré
29. Ubaituba
30. Alcobaça
31. Cairu
32. Santana
33. Serra Dourada
34. Taboão do Velho Brejo
35. Lapão
36. Andaraí
37. Lencóis
38. Muncipal
39. Vale do Capão (Cae-tê-Uçu/Palmeiras)

Investimento direto no país é o menor em 5 anos

MÊS DE JUNHO O fluxo de investimentos estrangeiros no Brasil teve um expressivo recuo no mês passado. Segundo o Banco central, o ingresso líquido de IDP (Investimentos Diretos no País) despencou a US\$ 174 milhões em junho, o menor nível mensal em cinco anos. O resultado decorre da redução dos empréstimos feitos pelas matrizes das empresas estrangeiras a suas subsidiárias no país, de acordo com reportagem da Folha de São Paulo.

O resultado foi o mais baixo desde julho de 2016 (-US\$ 103 milhões) e contrasta com um fluxo positivo de investimentos diretos de US\$ 5,164 bilhões em junho de 2020. Na comparação apenas com os meses de junho,

2,3
bilhões de dólares saíram do Brasil nas chamadas operações intercom-panhia

esse foi o pior resultado desde o início da série histórica, em 1995.

Segundo o BC, isso ocorre pelo efeito de uma saída de US\$ 2,3 bilhões das chamadas operações intercom-panhia, refletindo uma queda dos desembolsos.

A reportagem diz ainda que a conta de lucros reinvestidos no país também apresentou resultado negativo, com as empresas optando por remeter para as sedes um volume de recursos superior ao lucro do mês.

O chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, disse que os resultados foram "normais", indicando não ver uma reversão da tendência de crescimento do IDP esperada para o ano.

A conta de viagens internacionais registrou despesas líquidas de US\$ 221 milhões no mês ante US\$ 72 milhões

em junho de 2020. As despesas líquidas de aluguel de equipamentos somaram US\$ 571 milhões em junho de 2021, ligeiramente inferiores aos US\$ 602 milhões de junho de 2020.

Já os aportes em renda fixa, ações e fundos de investimentos tiveram um novo mês de fluxos fortes, de US\$ 5,1 bilhões, confirmando a recuperação dos ingressos, após o baque sofrido no ano passado.

No acumulado do semestre, o ingresso de IDP supera o registrado no mesmo período de 2020, somando US\$ 25,691 bilhões, ante US\$ 23,724 bilhões no ano passado. Já os investimentos em portfólio acumulam ingressos de US\$ 44,6 bilhões em 12 meses. Em junho de 2020, essa conta, tradicionalmente muito mais volátil do que o IDP, registrou saída de US\$ 47,6 bilhões em 12 meses.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,177	R\$ 5,175
Dólar Turismo	R\$ 5,167	R\$ 5,34
Euro turismo	R\$ 6,057	R\$ 6,34

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	124.612,03	-1,1%

POUPANÇA

28/7/2021	0,1559%
-----------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Junho	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,53%	3,76%	8,34%
INPC/IBGE	0,60%	3,95%	9,22%
IGP-M/FGV	0,60%	15,09%	35,76%

SANEAMENTO

33%

dos investimentos em saneamento básico no país estão sendo feitos pelo setor privado, um ano após a publicação do novo marco legal para o setor, segundo entidades de empresas que atuam no segmento.

FMI refaz projeção e vê PIB do Brasil crescer 5,3%

RELATÓRIO O Fundo Monetário Internacional (FMI) elevou a projeção de crescimento do Brasil de 3,7% para 5,3% em 2021, mas reduziu a previsão para 2022, de 2,6% para 1,9%, na revisão de julho do relatório Perspectiva Econômica Mundial.

Ainda segundo Fundo, o

déficit público nominal como proporção do PIB deflacionado em 6,3%, abaixo dos 8,3% comunicados em abril, e a dívida pública bruta deve alcançar 91,8% na mesma base de comparação, marca inferior aos 98,4% divulgados anteriormente.

A revisão das projeções do Fundo trouxe somente novas

estimativas sobre o PIB de países e alguns números relativos às suas contas públicas, sem tratar de outros indicadores, como projeções para inflação, déficit de transações correntes e taxa de desemprego. Para o FMI, o Brasil está se beneficiando da alta nos preços das matérias-primas que exporta.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL VITORINO-BA AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2021

O município de Manoel Vitorino publica a realização de Pregão Eletrônico no dia 11 de agosto de 2021, às 09:00h, para Contratação de empresa para fornecimento de kits para gestantes. 28 de julho de 2021.

Jamille Carvalho de Queiroz Ribeiro – Pregoeira.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA RATIFICAÇÃO DE FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS ASSALARIADOS RURAIS DE CASA NOVA-BA.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Casa Nova - BA, inscrito no CNPJ nº 26.455.991/0001-90, com sede na Rua 02, nº 04, Vila São José, CEP 47300-000, no Município de Casa Nova, Estado da Bahia, abaixo designado, convoca pelo presente EDITAL todos os membros considerados trabalhadores e trabalhadoras assalariados rurais: os membros da categoria profissional dos assalariados e assalariadas rurais, ativos, inativos e aposentados, compreendendo toda pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, agroindustriais e agropecuárias, entre outros, sob dependência deste e mediante remuneração na base territorial do Município de Casa Nova - BA, integrantes do Plano da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais do Estado da Bahia - FETAR-BA e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais - CONTAR, para participarem da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE RATIFICAÇÃO DE FUNDAÇÃO a ser realizada no dia 18 de agosto de 2021, na sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Casa Nova - BA, situado na Rua 02, nº 04, Vila São José, CEP 47300-000 - Casa Nova/BA, com início às 09:00 (nove) horas, em primeira convocação e em segunda convocação, às 10:00 (dez) horas, observando o quórum estatutário, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Ratificar a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Rurais do Município de Casa Nova - BA, que foi realizada em 16 de abril de 2016; 2) Ratificar a eleição e posse da diretoria e do Conselho fiscal e respectivos suplentes; 3) Ratificar a aprovação do estatuto da entidade ocorrida em 16 de abril de 2021; 4) Outras alterações estatutárias decorrentes das anteriores do Item 1 José Aparecido de Araújo Silva Presidente do Sindicato - CPF 012.817.385-81 - PIS 127.04038050, Residente e domiciliado no Loteamento Rio São Francisco II, Quadra 4, Rua 28 Nº 494 - CEP 47300-000 Casa Nova/BA. Casa Nova/BA, 27 de julho de 2021. José Aparecido de Araújo Silva Presidente do Sindicato

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES

AVISO DE LICITAÇÃO (CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021)

A Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues, torna público que abriu credenciamento para contratação de pessoas jurídicas especializadas para prestação de serviços laboratoriais de análises clínicas e patológicas (bioquímica, química clínica, hematologia, imunohematologia, imunologia, microbiologia, parasitologia, urinalítica), histopatologia e citologia que serão prestados ao Hospital Municipal Dr. Pedro Américo de Brito e demais Unidades de Saúde Da Família - USF's, localizados no município, baseados no Tabela SIPTAP - Sistema de Gerenciamento Da Tabela De Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS a ser realizado no dia 18 DE AGOSTO DE 2021, DAS 09:00H ÀS 14:00H. Edital e anexos disponíveis no site www.ameliarodrigues.ba.gov.br. Prefeitura Municipal Av. Justiniano Silva nº. 98, Centro, CEP 44.230-000. Amélia Rodrigues - Bahia. Maiores informações pelo tel: (75) 3242-4615 ou e-mail: licitacao.pmr2021@gmail.com.

AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2021)

A Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues, torna público que abriu Licitação na modalidade Pregão Eletrônico no 022-2021, para Contratação de empresa especializada para serviços de medição, diagramação, criação de arte, impressão e instalação de placas de sinalização, de faixas, produção de banners, panfletos, folder e cards, com intuito de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS e suas Unidades, a ser realizada no dia 10 de agosto de 2021, às 10:00 (dez) horas. Edital e Anexos disponíveis no site www.bll.org.br. Prefeitura Municipal Av. Justiniano Silva nº. 98, Centro, CEP 44.230-000. Amélia Rodrigues - Bahia. Maiores informações pelo Tel: (75) 3242-4615 e-mail: licitacao.pmr2021@gmail.com. Este certame ocorrerá através do site www.bll.org.br

AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2021)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES, torna público que abriu Licitação na modalidade Pregão Eletrônico no 023-2021, para Contratação de empresa especializada para coleta, transporte, tratamento, descaracterização e destinação final de resíduos hospitalares (químicos, biológicos perfuro cortantes), produzidos pelos estabelecimentos de saúde da rede de Atenção Básica, Média e Alta Complexidade do município de Amélia Rodrigues/BA, a ser realizada no dia 10 de agosto de 2021, às 14:30 (quatorze e trinta) horas. Edital e Anexos disponíveis no site www.bll.org.br. Prefeitura Municipal Av. Justiniano Silva nº. 98, Centro, CEP 44.230-000. Amélia Rodrigues - Bahia. Maiores informações pelo Tel: (75) 3242-4615 e-mail: licitacao.pmr2021@gmail.com. Este certame ocorrerá através do site www.bll.org.br

ERRATA | AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021-2021 - Avisamos que na publicação 27 de julho de 2021, no Jornal Correio da Bahia, página 09. Onde se lê: Contratação de empresa especializada para aquisições de Emendas Parlamentares nº 12426.3250001/200-02 e 12426.325001/200-03, visando adquirir, ar condicionado e eletrodoméstico destinados a utilização no Hospital Municipal Dr. Pedro Américo e CAPS - Centro de Atenção Psicossocial; equipamentos de informática; equipamentos hospitalares e mobiliário, referentes as respectivas Emendas Parlamentares para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Leia-se: Contratação de empresa especializada para aquisições através de Emendas Parlamentares nº 12426.3250001/200-02 e 12426.325001/200-03, visando adquirir, ar condicionado e eletrodoméstico destinados a utilização no Hospital Municipal Dr. Pedro Américo e CAPS - Centro de Atenção Psicossocial; equipamentos de informática; equipamentos hospitalares e mobiliário, referentes as respectivas Emendas Parlamentares para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. As demais informações permanecem inalteradas.

Duciene Boaventura Guimarães - Pregoeira.

Um brinde a quem sempre foi a sua referência.

No dia 06 de agosto, sexta-feira, compre o Correio e leve uma caneca de Chopp personalizada.

SEXTA-FEIRA 06 AGOSTO

Jornal+ caneca R\$ 2,50

Correio

ECONOMIA

Profissão de entregador de aplicativo pode ser reconhecida

DIREITOS Em meio ao crescimento do número de trabalhadores por aplicativo, modalidade que se tornou válvula de escape do desemprego e empresas do setor começam a se mobilizar em defesa de uma regulamentação da profissão que assegure direitos como aposentadoria e ganhos mínimos a esses profissionais Executivos do iFood, uma das maiores companhias do segmento de entregas, defendem a criação de uma nova forma de contribuição à Previdência e não descartam a possibilidade de as plataformas colaborarem financeiramente para que esses trabalhadores tenham acesso a um grau melhor de proteção social. No ano passado, paralisações de entregadores escancararam as condições de trabalho da categoria e colocou as plataformas de entrega na berlinda. A discussão sobre essa relação também já chegou à Justiça, com diferentes decisões sobre a existência ou não de vínculo empregatício.

INSS começa a revisar benefícios em agosto

INCAPACIDADE TEMPORÁRIA Cerca de 170 mil segurados da Previdência Social que recebem benefícios por incapacidade temporária - o antigo auxílio-doença - devem ficar atentos para agendar nova perícia médica. Os prazos para fazer o agendamento começam a expirar em agosto. Quem não tomar a providência corre o risco de ter o pagamento suspenso. Desde o início de julho, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começou a enviar cartas para segurados que não realizam perícia médica há mais de seis meses. Quem recebe a convocação tem 30 dias, a contar da data de recebimento notificada pelos Correios, para agendar o procedimento. O INSS poderá também convocar as revisões utilizando a rede bancária, considerando o órgão pagador do benefício, quando esse tipo de notificação for disponível. Estão previstas ainda as convocações por meio eletrônico ou edital em Diário Oficial. A revisão em benefícios por incapacidade temporária segue até dezembro, quando todas as convocações já devem ter sido expedidas. As revisões serão realizadas por peritos médicos federais em horários extraordinários. Segundo o INSS, das 724 agências da Previdência que possuem serviço de perícia médica, 619 estão funcionando e 2.549 peritos médicos estão com as agendas abertas para atendimento. O tempo médio entre o agendamento e a realização da perícia médica está em 39 dias. Em outra frente, o INSS

Quem recebe a convocação tem 30 dias para agendar o procedimento

leva adiante também as revisões administrativas de benefícios, que são feitas com regularidade. Na atual etapa, a previsão é que 1,7 milhão de segurados recebam a convocação para regularizar alguma pendência de documentação identificada pela INSS. Desde setembro do ano passado, foram enviadas 732.586 cartas para revisão administrativa de benefícios com pendências documentais identificadas pelo INSS. Quem recebe o aviso de revisão administrativa tem o prazo de 60 dias para regularizar a documentação solicitada e manter o pagamento regular do benefício. O INSS incentiva que o envio de documentos seja realizado por meio do Meu INSS (site ou aplicativo), no campo Atualização de Dados de Benefício. As informações são da Agência Brasil.

CHEVROLET E VOLKS FORA DO 'TOP TEN'

AUTOS Afetadas pela crise de desabastecimento de chips para a fabricação de carros novos, duas das maiores potências do setor, Chevrolet e Volkswagen não colocaram um modelo sequer entre os 10 mais vendidos no Brasil neste mês de julho, segundo ranking preliminar elaborado pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrade). A lista de modelos leves é encabeçada pelo Argo, modelo da Fiat; e a de SUVs pelo Renegade, da Jeep. Fiat e Jeep são marcas de um mesmo conglomerado.

KAVAK INVESTE R\$2,5 BI NO BRASIL

VENDA DE USADOS A Kavak, empresa mexicana da área de compra e venda de automóveis seminovos e usados online, vai investir R\$ 2,5 bilhões em suas operações no Brasil, anunciadas oficialmente nesta terça-feira (27). O grupo inicia atividades com 2,5 mil veículos com até 10 anos de uso em estoque, seis lojas em São Paulo e 500 funcionários. Criada há cinco anos no México, a Kavak também tem operações na Argentina e estuda expansão para outros países da América Latina.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITÉ
TERMO DE ANULAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/21SRP - CONSIDERANDO, a necessidade de anular o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 101/21SRP, cujo objeto é a aquisição de medicamentos para futura e eventual aquisição de dispositivos médicos descartáveis destinados a atender demanda da Secretaria de Saúde do município de Caetité-BA; CONSIDERANDO, que após realização da sessão pública foi constatado que o houve uma discrepância dos valores ofertados decorrentes de uma desconexão entre o instrumento convocatório e as cotações de preço para os itens, sendo notória somente após a realização do certame, de forma que, subjetivamente, pode ter afetado a participação de possíveis interessados no certame. CONSIDERANDO, que administração pode rever os seus atos a qualquer momento, a fim de evitar possível gravame ao interesse público, na realização de procedimento, podendo revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade sob o manto da estrita legalidade, conforme preceitos das súmulas do STF 346 e 473. O Prefeito Municipal de Caetité-BA, resolve, movido pelo interesse público, anular o Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº 101/21SRP. E a decisão. Caetité, 27 de julho de 2021. VALTECIO NEVES AGUIAR, Prefeito do Município de Caetité-BA.
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117-21SRP O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Caetité-BA, designado através da Portaria nº 121 de 18 de fevereiro de 2021, leva ao conhecimento dos interessados, que realizará licitação em 09/08/2021 às 09h00min, no site <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>. OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição medicamentosa para atender cumprimento de ordens judiciais e atendimentos a pacientes do município de Caetité - BA. O Edital encontra-se disponível no site: <https://caetite.ba.gov.br/>, no site <http://www.comprasnet.gov.br/>, no e-mail licitacao@caetite.ba.gov.br e na sede da Prefeitura Municipal, maiores informações no Setor de Licitação das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min. Divulgação dos autos atos - Diário Oficial - site: www.caetite.ba.gov.br. Fausto José Prisco da Silva - Pregoeiro - 27/07/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2021 A Copel do município de Teixeira de Freitas, em razão da Homologação do Secretário Municipal de Infraestrutura, Transportes e Serviços Urbanos, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado da seguinte Licitação. Modalidade: Tomada de Preços nº 006/2021 - Processo Administrativo nº 0280/2021 Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obras de pavimentação, drenagem, passeios com acessibilidade, sinalização horizontal e vertical no entorno da praça Joana Angélica no Município de Teixeira de Freitas-BA. Empresa Vencedora: INPAV JIMPIN CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA Valor Global: R\$ 306.816,15 (trezentos e seis mil, oitocentos e dezesseis reais e quinze centavos). Base Legal: art. 45, §1º, I, Lei Federal nº 8.666/93 Data da Homologação e Adjucação: 09/07/2021 O inteiro teor do processo licitatório encontra-se à disposição dos interessados na Sala da Comissão Permanente de Licitação - COPEL do município de Teixeira de Freitas - Ba, no horário comercial de 08:00 às 12:00 h e das 13:30 h às 17:30 h. Teixeira de Freitas, 09 de julho de 2021 MAGDA DE SELES GUIMARÃES Presidente da Comissão Permanente de Licitação
AVISO DE ALTERAÇÃO DA DATA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1145/2021 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de material de consumo (GASES MEDICINAIS - OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, AR COMPRIMIDO E DIOXÍDEO DE CARBONO), para atender as necessidades da alta complexidade e demais unidades (HMTF, UMMI, UPA, UBS, MELHOR EM CASA e UNACON), sob responsabilidade do Fundo Municipal de Saúde. A Comissão Permanente de Licitação - COPEL, do município de Teixeira de Freitas, torna público para conhecimento das empresas interessadas em participar do Edital de Licitação do Pregão Presencial nº 101-2021, que em razão do recebimento e análise de impugnação e dos ajustes de datas e prazos legais, resolve alterar a data da abertura do certame, que deverá ocorrer dia 03/08/2021, às 13h30min (horário de Brasília), no endereço constante no Edital. Teixeira de Freitas-BA, 27 de julho de 2021. MAGDA DE SELES GUIMARÃES Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
SERVÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2021 - LICITAÇÃO Nº 877601
O SENAC - DR/BA torna público o Edital de Pregão Eletrônico nº 04/2021. OBJETO: Contratação de instituição financeira para operacionalização dos serviços bancários referentes à folha de pagamento do pessoal ativo, estagiários e indenizações, para o Sistema Fecomércio Bahia, formado pelo SENAC/BA, SESC/BA e FECOMÉRCIO/BA, em caráter exclusivo, assim como para a concessão de crédito consignado aos empregados ativos, sem exclusividade. **Recebimento das Propostas:** Das 10h30 do dia 28.07.2021 até às 10h30 do dia 06.08.2021 (Horário de Brasília). **Abertura das Propostas:** Dia 06.08.2021 às 10h30 (Horário de Brasília). Início da Sessão Pública: Dia 06.08.2021 às 11h (Horário de Brasília). **Local:** www.licitacoes.com.br. Os interessados poderão adquirir o Edital no site www.licitacoes.com.br e obter informações pelo telefone (71) 3192-3809/3816, nos horários de 9h às 12h30min e 14h30min às 17h, dias úteis, ou através do e-mail: comissao.licitacao@ba.senac.br. Salvador, 28 de julho de 2021.

NOOG
DISTRIBUIDORA
(75) 3311-2977 / (75) 3221-1723
(75) 99981-5004 / (75) 99941-9881
UNIVERSO DAS TELHAS



DIVIDIMOS EM ATÉ 12X
EM ATÉ 4X SEM JUROS
EM TODO O ESTADO DA BAHIA

Tribuna

Contas externas

O resultado das transações correntes ficou positivo em junho deste ano, em US\$ 2,791 bilhões. Este é o melhor resultado para meses de junho desde o início da série histórica do BC, em 1995. Os dados refletem os efeitos da pandemia do novo coronavírus, que desde março do ano passado tem reduzido o volume de importações de produtos. Ao mesmo tempo, o Brasil tem se aproveitado da maior demanda global por commodities. O BC projetava para o mês passado superávit de US\$ 6,5 bilhões na conta corrente.

Tribuna

Revisão de 170 mil benefícios do INSS começa em agosto

AGÊNCIA BRASIL

Cerca de 170 mil segurados da Previdência Social que recebem benefícios por incapacidade temporária – o antigo auxílio-doença – devem ficar atentos para agendar nova perícia médica. Os prazos para fazer o agendamento começam a expirar em agosto. Quem não tomar a providência corre o risco de ter o pagamento suspenso.

Desde o início de julho, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começou a enviar cartas para segurados que não realizam perícia médica há mais de seis meses. Quem recebe a convocação tem 30 dias, a contar da data de recebimento notificada pelos Correios, para agendar o procedimento.

O INSS poderá também convocar as revisões utilizando a rede bancária, considerando o órgão pagador do benefício, quando esse tipo de notificação for disponível. Estão previstas ainda as convocações por meio eletrônico ou edital em Diário Oficial.

A revisão em benefícios por incapacidade temporária segue até dezembro, quando todas as convocações já devem ter sido expedidas. As

revisões serão realizadas por peritos médicos federais em horários extraordinários.

Segundo o INSS, das 724 agências da Previdência que possuem serviço de perícia médica 619 estão funcionando e 2.549 peritos médicos estão com as agendas abertas para atendimento. O tempo médio entre o agendamento e a realização da perícia médica está em 39 dias.

Em outra frente, o INSS leva adiante também as revisões administrativas de benefícios, que são feitas com regularidade. Na atual etapa, a previsão é que 1,7 milhão de segurados recebam a convocação para regularizar alguma pendência de documentação identificada pelo INSS.

Desde setembro do ano passado, foram enviadas 732.586 cartas para revisão administrativa de benefícios com pendências documentais identificadas pelo INSS.

Quem recebe o aviso de revisão administrativa tem o prazo de 60 dias para regularizar a documentação solicitada e manter o pagamento regular do benefício. O INSS incentiva que o envio de documentos seja realizado por meio do Meu INSS (site ou aplicativo).

Tribuna



Faltou..

Uma *live* organizada por um grande jornal no dia 14 foi palco de debate sobre fraudes no setor de óleo e gás. Havia representantes do Governo, presidentes de grandes empresas, advogados de bancas famosas e até pesquisadora. O cenário seria perfeito se não fosse por um detalhe: deixaram de avançar nas discussões sobre uma fraude gigantesca, praticada às claras e que foi objeto de reportagem do jornal *O Dia* no Rio.

..o principal

Grandes distribuidoras forjam remessas de combustíveis para postos em Minas Gerais e Espírito Santo (Estados onde a alíquota do ICMS é mais baixa), mas os produtos são vendidos, de fato, no Rio de Janeiro, causando prejuízo milionário aos cofres do Estado.

Tribuna

Preço do aluguel comercial cresce 2,26%

DAVI VALADARES
ESTAGIÁRIO

Depois de um ano e meio em baixa devido à pandemia, vários negócios têm conseguido retomar o fôlego nesses últimos meses e expandir sua oferta. Segundo dados divulgados ontem (27) pelo Índice FipeZap Comercial, que monitora o preço dos anúncios em 10 grandes cidades do país, o preço médio de locação de imóveis comerciais em Salvador avançou 2,26% no primeiro semestre de 2021 (levantamento com base em anúncios da internet é feito com imóveis de até 200 metros quadrados). Conforme a pesquisa, a capital baiana só ficou atrás de Curitiba (PR) que registrou elevação no preço nos primeiros seis meses do ano de 5,03%. No mesmo período, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Am-

plo), que inclui segmentos como o da alimentação, teve elevação de 3,77%, e o IGP-M, que abrange setores como materiais de construção e câmbio, variou 15,08%.

"A análise é basicamente em valorização do metro quadrado. No entanto, eu não acredito que esse avanço de 2,26% seja por causa da demanda. Algum outro fator estar impactando nesse avanço. Eu milito no mercado imobiliário há muito tempo e não vejo, principalmente nesse momento de pandemia no qual as pessoas estão tendo dificuldades, esse aquecimento ainda no setor comercial [em Salvador] para justificar valorização, mesmo que pequena, no setor", questionou o presidente do Sindicato de Habitação da Bahia (Secovi-Ba), Kelsor Fernandes. Perguntado sobre quais bairros tinham o metro quadrado

mais caro na cidade, Kelsor indicou dois: Barra e Pituba. "Comercialmente isso varia muito da localização do imóvel no bairro. Por exemplo, você pode ter um imóvel idêntico no Costa Azul ou na Pituba e ter preços totalmente diferentes. Mas em termos de bairros os locais mais caros, com toda certeza, são Barra e Pituba", assegurou.

Na mesma linha do presidente do Secovi, o sócio diretor da Novanna Soluções Imobiliárias, Noel Silva, afirmou que o avanço registrado na pesquisa é tímido e que é natural depois de uma queda devido à pandemia o setor registrar uma recuperação. "O que aconteceu com o mercado de aluguel comercial foi que durante a fase mais grave da pandemia os valores caíram muito. Então, é natural que depois de uma queda muito forte haja uma recupe-

ração. E acho até tímida essa recuperação", comentou lembrando que nos meses de maio e junho a variação foi negativa. Em maio, o preço de locação registrou ligeira queda de -0,40% e em junho registrou -0,35%.

Ainda segundo o Índice FipeZap Comercial, o valor médio do metro quadrado de imóveis anunciados em Salvador foi de R\$ 5.355, no caso de imóveis comerciais anunciados para venda, e de R\$ 33,79, entre aqueles destinados para locação. Na variação anual, nos últimos 12 meses, individualmente, o aumento do preço médio de venda comercial na capital baiana foi de 0,76%. Nessa comparação Salvador também fica em segundo lugar entre as 10 cidades, perdendo apenas para Campinas (2,08%). Já a variação do preço de locação foi de 1,54% no acumulado em um ano.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 28/07/2021	Coluna: Economia



SENADO RESSUSCITA PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA QUE UNE IMPOSTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS



28 Julho, 2021

Com o avanço das negociações do projeto do Imposto de Renda na Câmara, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), decidiu ressuscitar uma proposta de reforma tributária mais ampla, que abrange também os impostos estaduais e municipais. O relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), trabalha para apresentar o seu parecer no início de agosto com um modelo de tributação conhecido como “dual”. Por esse desenho tributário, o Brasil passaria a ter dois tributos sobre o consumo: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), unindo os impostos federais PIS e Cofins, e o Imposto sobre Bens e Consumo (IBS), fusão dos tributos estaduais e municipais. O prazo de transição do IBS seria de 4 anos, incluindo um ano de teste.

Ao Estadão, Rocha disse que o objetivo é ter uma reforma ampla que respeite o pacto federativo e as relações já consolidadas no setor privado. Segundo ele, “para ficar ruim”, o sistema tributário brasileiro “precisa melhorar muito”. “Tem um olho para o futuro e incorpora os avanços do passado”, disse o relator. Ele está buscando uma convergência com a equipe do ministro e com os governos regionais para conseguir aprovar a PEC.

Apesar de convergências em pontos importantes do texto, Guedes quer colocar “arestas” porque vê ainda risco de o Senado ressuscitar a proposta de reforma tributária ampla do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), a PEC 45, com um imposto único, fundindo todos os tributos federais, estaduais e municipais. Essa ideia foi engavetada depois da apresentação de parecer pelo relator Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB). A equipe econômica teme “infiltrados” da PEC anterior na elaboração do novo texto. O ministro também já deixou claro nas reuniões que não aceita a criação de um fundo regional com recursos da União para compensar eventuais perdas de Estados e municípios.

No acordo político costurado entre Pacheco e o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), a reforma tributária foi dividida em partes: os projetos da CBS e do Imposto de Renda ficaram com a Câmara; a PEC 110 do IBS e o projeto do Refis (parcelamento de débitos tributários), com o Senado. Mas, enquanto a discussão da proposta do IR tem avançado na Câmara, com apresentação do parecer preliminar do deputado Celso Sabino (PSDB-PA), o Senado não andou com a da PEC e, agora, pretende recuperar o tempo perdido.

A proposta da PEC já deve prever a criação da CBS, permitindo que funcione como uma espécie de “passe” constitucional para o mesmo tributo previsto no projeto do governo em tramitação da Câmara. Outro avanço importante nas negociações trata do aporte de recursos para que os Estados possam fazer políticas de desenvolvimento regional. Pela proposta em negociação, os recursos viriam de uma parcela do próprio IBS, sem aporte da União. A proposta foi apresentada aos secretários de Fazenda e há uma tendência de menor resistência do que antes. Os Estados defendiam antes uma reforma ampla, com um único imposto. As resistências continuam com os municípios, que não querem abrir mão do ISS (o principal imposto municipal). Guedes propôs uma alíquota de 10% para o IBS e 10% para os Estados, sem o ISS dos municípios.

Segundo o diretor institucional do **Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz)**, André Horta, os Estados estão aceitando que os recursos para o desenvolvimento regional saiam de uma parcela de arrecadação do novo imposto. A ideia é que uma parcela do IBS seja depositada nos Estados para investimentos. Horta estima recursos de R\$ 80 bilhões por ano, valor, segundo ele, negociável.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 28/07/2021	Caderno: Economia



Senado ressuscita proposta de reforma tributária que une impostos estaduais e municipais

Enquanto a Câmara avança com IR, relator da PEC 110 quer apresentar seu parecer em agosto, prevendo criação da Contribuição sobre Bens e Serviços, união de PIS e Cofins, e do Imposto sobre Bens e Consumo, fusão de tributos estaduais e municipais

Adriana Fernandes, O Estado de S. Paulo

28 de julho de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - Com o avanço das negociações do projeto do **Imposto de Renda** na **Câmara**, o presidente do **Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG)**, decidiu ressuscitar uma proposta de **reforma tributária** mais ampla, que abrange também os impostos estaduais e municipais.

O relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110, senador **Roberto Rocha (PSDB-MA)**, trabalha para apresentar o seu parecer no início de agosto com um modelo de tributação conhecido como “dual”. Por esse desenho tributário, o Brasil passaria a ter dois tributos sobre o consumo: a **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**, unindo os impostos federais **PIS e Cofins**, e o **Imposto sobre Bens e Consumo (IBS)**, fusão dos tributos estaduais e municipais. O prazo de transição do IBS seria de 4 anos, incluindo um ano de teste.

Reuniões técnicas estão ocorrendo há cerca de três semanas com a equipe do ministro da **Economia, Paulo Guedes**, e da **Receita** para buscar um acordo.

Ao **Estadão**, Rocha disse que o objetivo é ter uma reforma ampla que respeite o pacto federativo e as relações já consolidadas no setor privado. Segundo ele, “para ficar ruim”, o sistema tributário brasileiro “precisa melhorar muito”. “Tem um olho para o futuro e incorpora os avanços do passado”, disse o relator. Ele está buscando uma convergência com a equipe do ministro e com os governos regionais para conseguir aprovar a PEC.

Apesar de convergências em pontos importantes do texto, Guedes quer colocar “arestas” porque vê ainda risco de o Senado ressuscitar a proposta de reforma tributária ampla do deputado **Baleia Rossi (MDB-SP)**, a PEC 45, com um imposto único, fundindo todos os tributos federais, estaduais e municipais. Essa ideia foi engavetada depois da apresentação de parecer pelo relator **Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB)**. A equipe econômica teme “infiltrados” da PEC anterior na elaboração do novo texto.

O ministro também já deixou claro nas reuniões que não aceita a criação de um fundo regional com recursos da **União** para compensar eventuais perdas de Estados e municípios.

Divisão

No acordo político costurado entre Pacheco e o presidente da Câmara, **Arthur Lira (Progressistas-AL)**, a reforma tributária foi dividida em partes: os projetos da CBS e do Imposto de Renda ficaram com a Câmara; a PEC 110 do IBS e o projeto do Refis (parcelamento de débitos tributários), com o Senado. Mas, enquanto a discussão da proposta do IR tem avançado na Câmara, com apresentação do parecer preliminar do deputado **Celso Sabino (PSDB-PA)**, o Senado não andou com a da PEC e, agora, pretende recuperar o tempo perdido.

A proposta da PEC já deve prever a criação da CBS, permitindo que funcione como uma espécie de “passe” constitucional para o mesmo tributo previsto no projeto do governo em tramitação da Câmara.

Outro avanço importante nas negociações trata do aporte de recursos para que os Estados possam fazer políticas de desenvolvimento regional. Pela proposta em negociação, os recursos viriam de uma parcela do próprio IBS, sem aporte da **União**. A proposta foi apresentada aos secretários de Fazenda e há uma tendência de menor resistência do que antes. Os Estados defendiam antes uma reforma ampla, com um único imposto. As resistências continuam com os municípios, que não querem abrir mão do ISS (o principal imposto municipal). Guedes propôs uma alíquota de 10% para o IBS e 10% para os Estados, sem o **ISS** dos municípios.

Segundo o diretor institucional do **Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz)**, **André Horta**, os Estados estão aceitando que os recursos

para o desenvolvimento regional saíam de uma parcela de arrecadação do novo imposto. A ideia é que uma parcela do IBS seja depositada nos Estados para investimentos. Horta estima recursos de R\$ 80 bilhões por ano, valor, segundo ele, negociável.

Balanco da reforma tributária

Três projetos disputam o protagonismo, além do **Refis**:

Na Câmara:

- PL que cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) unindo o PIS/Cofins.

Relator: **Luiz Carlos Motta (PL-SP)**.

- PL que reforma o Imposto de Renda (IR). Relator: Celso Sabino (PSDB-PA).

No Senado:

- PEC 110 que cria modelo dual com o Imposto sobre Bens e Serviços (unindo tributos de Estados e municípios) e a CBS do governo federal. Relator: **Roberto Rocha**

(PSDB-PA).

- Refis e passaporte tributário (projeto de renegociação que permite redução de dívidas de até 80% para setores afetados pela crise). Relator: **Fernando Bezerra**

(MDB-PE).

Veículo: G1	
Data: 28/07/2021	Caderno: Economia



Inflação da indústria avança 1,31% em junho e bate recorde no acumulado no ano e em 12 meses, aponta IBGE

Aumento de preços na passagem de maio pra junho foi puxado pelo setor extrativo, devido à pressão do dólar. No ano, indicador acumula alta de 19,11% e em 12 meses, de 36,81%, variações recordes da série histórica.

Por G1 — Rio de Janeiro

28/07/2021 09h01 Atualizado há uma hora



Atividades industriais que usam metal como matéria-prima vêm registrando altas consecutivas dos preços médios dos produtos — Foto: Pexels

A inflação da indústria avançou 1,31% em junho, o que representa uma aceleração em relação a maio, quando a alta de preços do setor foi de 0,99%. É o que aponta o Índice de Preços ao Produtor (IPP), divulgado nesta quarta-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**). De acordo com o IBGE, esta foi a 23ª alta mensal seguida do indicador. No ano, o IPP acumulou alta de 19,11%, variação mais alta para um mês de junho desde 2014, quando teve início a série histórica da pesquisa. Já em 12 meses, a alta acumulada foi 36,81%, também a maior de toda a série histórica.

O IPP mede a variação dos preços de produtos na “porta da fábrica”. Ou seja, sem impostos e frete, e abrange as grandes categorias econômicas: bens de capital, bens intermediários e bens de consumo (duráveis, semiduráveis e não duráveis).

Pressão do câmbio no setor extrativo

De acordo com o gerente de análise e metodologia do IBGE, Alexandre Brandão, grande parte da alta na comparação mensal foi puxada pelo setor extrativo, cujos preços tiveram aumento de 8,71% em junho após dois meses de deflação. Também houve pressão do dólar sobre os produtos extrativos.

“Depois de dois meses consecutivos com variações negativas na comparação mês contra mês imediatamente anterior, os preços do setor subiram, em média, 8,71%, devido à variação dos preços em dólar no mercado internacional, apesar da apreciação do real no período”, explicou o pesquisador.

A segunda maior alta partiu dos produtos de metal (2,80%), seguida por máquinas, aparelhos e materiais elétricos (2,60%) e minerais não-metálicos (2,50%).

"Conforme vem ocorrendo desde o início do ano, o aumento em junho se justifica, em grande parte, pelos maiores preços das matérias-primas utilizadas no setor, em especial o aço", destacou o IBGE.

Em relação às grandes categorias econômicas, o IPP teve alta de 0,71% em bens de capital; 1,56% em bens intermediários; e 1,01% em bens de consumo, sendo que 2,03% foi a variação observada em bens de consumo duráveis e 0,81% em bens de consumo semiduráveis e não duráveis.

Alimentos têm primeira deflação no ano

Os preços do setor de alimentos tiveram queda média de -0,05% na passagem de maio para junho. Segundo o IBGE, foi o primeiro resultado negativo desde dezembro de 2020, quando a variação foi de -1,05%.

O IBGE ponderou que todos os principais produtos alimentícios analisados no indicador usam o leite como matéria-prima, cujos preços subiram devido à seca observada no país, "influenciando toda a cadeia industrial posterior". Todavia, o açúcar VHP e os resíduos da extração de soja tiveram deflação, ajudando a frear o IPP.

"A queda dos preços desses dois produtos está em linha com a apreciação do real, mas também sofreu influências externas, como a chegada da safra de soja argentina no mercado mundial", destacou o instituto.

Veículo: G1	
Data: 28/07/2021	Caderno: Economia



Confiança da indústria sobe pelo 3º mês seguido, para maior patamar desde janeiro

Resultado do mês foi influenciado por uma acomodação da situação corrente e uma discreta melhora do otimismo em relação aos próximos meses.

Por G1

28/07/2021 08h29 Atualizado há 2 horas

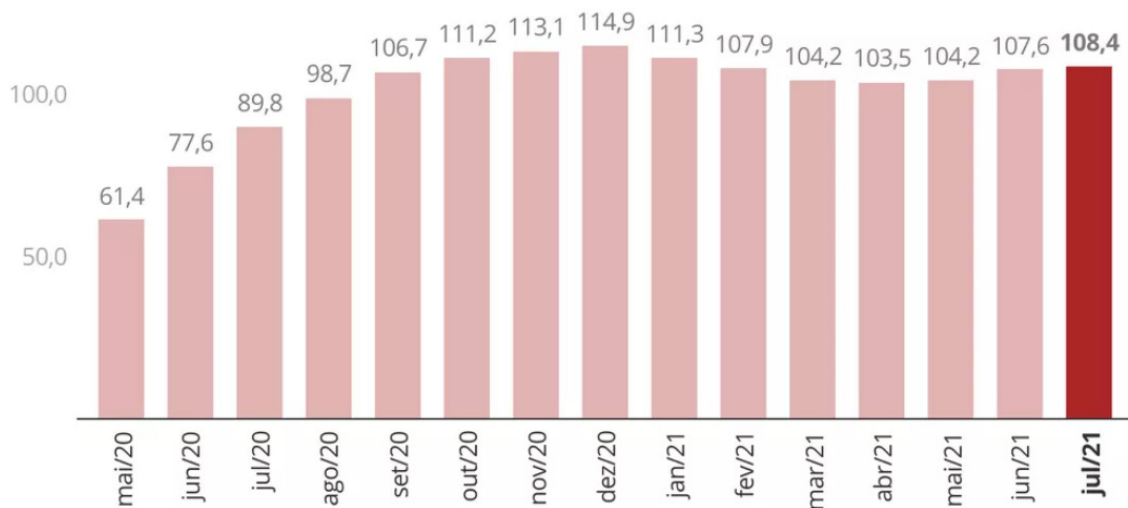
O Índice de Confiança da Indústria (ICI) registrou leve alta em julho, para 108,6 pontos, segundo divulgado nesta quarta-feira (28) pela **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**. **É a terceira alta seguida do** indicador, que atingiu a maior pontuação desde janeiro (111,3 pontos).

"A confiança da indústria avança pelo terceiro mês consecutivo influenciadas por uma acomodação das avaliações sobre o momento em patamar alto mas com desaceleração do otimismo das empresas em relação aos próximos meses", apontou em nota Claudia Perdigão, economista da FGV.

"As empresas ainda enfrentam um cenário de escassez de insumo possibilidade de racionamento energético e alta incerteza econômica que tendem a limitar uma alta mais expressiva da confiança nos próximos meses", alertou.

Índice de confiança da indústria

Em pontos



Fonte: Ibre/FGV

O resultado do mês foi influenciado por uma acomodação da situação corrente e uma discreta melhora do otimismo em relação aos próximos meses. O Índice Situação Atual (ISA) subiu 0,5 ponto, para 111,8 pontos. Já o Índice de Expectativas (IE) subiu 0,9 ponto, para 104,9, sendo o terceiro mês consecutivo a registrar variação positiva após quatro meses de queda.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada subiu 0,7 ponto percentual, para 80,1%, maior valor desde novembro de 2014 (80,3%).

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 27/07/2021	Coluna: Economia



REFORMA DO IR PODE TIRAR MAIS DE R\$1BI DOS MUNICÍPIOS; UPB CONSIDERA “INACEITÁVEL”



27 Julho, 2021

O presidente da União dos Municípios, Zé Cocá, chamou de retrocesso o relatório da Reforma do Imposto de Renda (IR) apresentado pelo deputado federal Celso Sabino (PSDB-PA). O relator propõe reduzir a carga tributária sobre o lucro das grandes empresas, entretanto, a medida impacta diretamente no repasse de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), composto basicamente por IR e IPI. Somente na Bahia, o impacto nos cofres municipais pode chegar a R\$1,2 bilhão, estima a Confederação Nacional de Municípios (CNM). O estado é o terceiro que mais perderá, atrás somente de São Paulo e Minas Gerais.

“No mundo inteiro, os países desenvolvidos ampliam a taxaço dos mais ricos. No Brasil, querem pegar o caminho contrário e prejudicar os municípios que é quem presta serviços aos mais pobres, na ponta. É inaceitável”, rebateu Zé Cocá. Segundo o gestor que também é prefeito de Jequié, no Sudoeste baiano, as desonerações precisam ser compensadas ou a proposta estará ferindo o Pacto Federativo Brasileiro.

O presidente da UPB já organiza um encontro com a bancada de deputados baianos no início do mês de agosto para tratar da proposta. “O FPM é uma conquista do povo brasileiro no combate às desigualdades regionais de um país com abismos sociais como o nosso. Reconhecemos a necessidade da redução da carga tributária das empresas, mas isso não se faz penalizando os mais pobres. O Congresso precisa taxar as fortunas, o lucro dos grandes, e desonerar os pequenos sem afetar a arrecadação dos municípios, que é o ente público mais próximo do cidadão”, reforçou Cocá.

Foto: Divulgação/UPB

Veículo: Bahia.ba	
Data: 28.07.2021	Caderno: Economia

Zé Cocá diz que reforma do Imposto de Renda é 'inaceitável'

Segundo CNM, o impacto nos cofres municipais pode chegar a R\$1,2 bilhões somente na Bahia

Foto: Divulgação/ALBA

O presidente da União dos Municípios, Zé Cocá, chamou de retrocesso o relatório da Reforma do Imposto de Renda (IR) apresentado pelo deputado federal Celso Sabino (PSDB-PA). O relator propõe reduzir a carga tributária sobre o lucro das grandes empresas, entretanto, a medida impacta diretamente no repasse de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), composto basicamente por IR e IPI.

Somente na Bahia, o impacto nos cofres municipais pode chegar a R\$1,2 bilhões, estima a Confederação Nacional de Municípios (CNM). O estado é o terceiro que mais perderá, atrás somente de São Paulo e Minas Gerais.

“No mundo inteiro, os países desenvolvidos ampliam a taxação dos mais ricos. No Brasil, querem pegar o caminho contrário e prejudicar os municípios que é quem presta serviços aos mais pobres, na ponta. É inaceitável”, rebateu Zé Cocá. Segundo o gestor, que também é prefeito de Jequié, no Sudoeste baiano, as desonerações precisam ser compensadas ou a proposta estará ferindo o Pacto Federativo Brasileiro.

O presidente da UPB já organiza um encontro com a bancada de deputados baianos no início do mês de agosto para tratar da proposta. “O FPM é uma conquista do povo brasileiro no combate às desigualdades regionais de um país com abismos sociais como o nosso. Reconhecemos a necessidade da redução da carga

tributária das empresas, mas isso não se faz penalizando os mais pobres. O Congresso precisa taxar as fortunas, o lucro dos grandes, e desonerar os pequenos sem afetar a arrecadação dos municípios, que é o ente público mais próximo do cidadão”, reforçou Cocá.



IVA Dual é o único modelo possível de ser adotado na tributação brasileira; leia análise

Ao mesmo tempo que permite uma reforma ampla, o IVA Dual alinha os interesses do governo federal com os dos Estados e municípios

Melina Rocha*, O Estado de S.Paulo

28 de julho de 2021 | 05h00

As características da Federação brasileira e o fato de a Constituição de 1988 ter repartido a competência da tributação sobre o consumo entre **União**, Estados e Municípios criam dificuldades para a aprovação de uma **reforma tributária** que adote um **IVA** (imposto sobre o valor adicionado) único nacional a ser compartilhado entre todos os entes, tal como na PEC 45/19. Em minha tese de doutorado, realizei uma pesquisa empírica de todas as propostas de reforma tributária e demonstrei que as discussões são condicionadas por um processo path dependence: uma vez concedida a competência tributária a determinado ente federativo, é muito difícil retirá-la ou modificá-la em razão dos interesses políticos, financeiros e administrativos dos entes. Criação de um IVA Federal é a proposta defendida por integrantes do Ministério da Economia. Foto: Washington da Costa/ME

Tendo em vista esses entraves, o **Ipea formulou em 2018, através de um grupo de especialista do qual fiz parte, a proposta de criação de um IVA Dual.**

Neste modelo, a União teria competência para criar um IVA Federal de forma autônoma, com legislação e administração independentes, enquanto Estados e Municípios teriam competência compartilhada para adotar um outro IVA no nível subnacional. Esta parece ser a proposta defendida pelo ministro **Paulo Guedes** em diversas oportunidades, tendo inclusive citado expressamente um dos coautores - o atual secretário de Política Econômica, **Adolfo Sachsida** - na audiência pública da comissão mista do dia 05 de agosto de 2020.

O IVA Dual é o único modelo possível de ser adotado na Federação brasileira, mas é importante que seja totalmente previsto na Constituição, mesmo que os IVAs não sejam adotados concomitantemente. Ao mesmo tempo que permite uma reforma ampla, abrangendo todos os atuais tributos sobre o consumo, o IVA Dual alinha os interesses do governo federal com os dos Estados e municípios, já que terão a prerrogativa de criar seus próprios IVAs de maneira independente e autônoma.

*É DIRETORA DE CURSOS NA YORK UNIVERSITY. FOI CONSULTORA DE IVA/IBS PARA O BANCO MUNDIAL E IPEA. É MESTRE E DOUTORA PELA UNIVERSITÉ SORBONNE NOUVELLE - PARIS 3

Reforma do IR aumentaria distorções e tributação desigual

Estudo do economista Bernard Appy indica que propostas pouco mudam a distância entre regimes de recolhimento de impostos

CÁSSIA ALMEIDA
cassia@oglobo.com.br

Aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda e tributar lucros e dividendos, conforme proposta do governo para a Reforma do IR, não vai diminuir a desigualdade entre os regimes usados na remuneração do trabalho. O custo tributário do empregado formal para uma empresa continua muito maior do que no Simples, ou no lucro presumido. Estudo exclusivo de um dos maiores especialistas em tributação do país, Bernard Appy, ex-secretário de Política Econômica, mostra que as propostas na mesa para reforma do Imposto de Renda estão longe de tornar o sistema tributário brasileiro, reconhecidamente concentrador de renda, algo mais equânime.

Pelos cálculos do economista, atualmente, para uma remuneração bruta de R\$ 20 mil, a carga tributária total, incluindo os impostos que incidem sobre folha de pagamento, pode ser de 28,8% se for empregado formal, de 21,7% se for servidor público, 9,7% se for de uma empresa que declara pelo lucro presumido e 3,3% se for de uma empresa no Simples. Ou seja, para mes-

ma renda, a alíquota varia de 28,8% a 3,3%. Diferença que estimula a pejetização, quando empregados viram empresas para pagar menos imposto. A reforma não muda isso.

— Um bom sistema tributa a renda da mesma forma, qualquer que seja a origem da renda. Mas um mesmo valor no Brasil paga alíquotas diferentes — diz Appy.

Pela proposta do Congresso, essa diferença de tributação aumenta ainda mais. Pelo substitutivo do relator, o deputado Celso Sabino (PSDB-PA), para emprego formal, a carga fica praticamente igual. Na remuneração de R\$ 20 mil cai de 28,8% para 28,1%. No caso do servidor público, de 21,7% para 21%. Para as em-



“Para quem ganha R\$ 20 mil, aumenta a distorção (entre os regimes), para quem ganha 100 mil, corrige parcialmente, mas não resolve o problema”

Bernard Appy, economista especialista em tributação

presas que usam o regime de lucro presumido, que já recolhem só um terço do que é cobrado num vínculo com carteira assinada, a alíquota caiu quase à metade: de 9,7% para 4,7%. No Simples, também houve redução, porém menos expressiva, de 3,3% para 2,6%. A diferença entre o emprego formal e o lucro presumido sobe de 19,1 pontos percentuais na situação atual para 23,4 pontos percentuais, na proposta do relator. Diminuindo ainda mais a carga tributária de quem já paga menos.

BRECHA PARA FUGIR DO FISCO

Nos rendimentos mais altos, essa diferença diminui, mas longe de resolver o problema. Para renda de R\$ 100 mil, a carga para quem é tributado por lucro presumido sobe de 11,6% para 21% e do Simples, de 16% para 23,1%. Mesmo maior, o peso do imposto para os que estão nessa forma de cobrança é menor do que para o empregado formal, com a mesma renda. Nessa forma de contratação, a carga praticamente se mantém em 37,7%.

— Para quem ganha R\$ 20 mil, aumenta a distorção (entre os regimes), para quem ganha 100 mil, corrige parcialmente, mas não resolve o pro-

CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE REMUNERAÇÃO DO TRABALHO

Parcela destinada aos impostos por tipo de regime tributário usado (em %)*

Remuneração de R\$ 10 mil	EMPREGADO FORMAL	SERVIDOR PÚBLICO	LUCRO PRESUMIDO	SIMPLES
Sistema atual	17,5	15,9	9,7	-1,7
Projeto do governo	16,1	14,4	7,7	-2,4
Proposta do relator no Congresso	16,1	14,4	4,7	-2,4

Remuneração de R\$ 20 mil	EMPREGADO FORMAL	SERVIDOR PÚBLICO	LUCRO PRESUMIDO	SIMPLES
Sistema atual	28,8	21,7	9,7	3,3
Projeto do governo	28,1	21	7,7	2,6
Proposta do relator no Congresso	28,1	21	4,7	2,6

Remuneração de R\$ 100 mil	EMPREGADO FORMAL	SERVIDOR PÚBLICO	LUCRO PRESUMIDO	SIMPLES
Sistema atual	37,8	26,3	11,6	16
Projeto do governo	37,7	26,2	23,4	23,1
Proposta do relator no Congresso	37,7	26,2	21	23,1

*Carga tributária total. Inclusive os impostos que incidem sobre folha de pagamento, sobre o custo do trabalho para uma empresa nos diferentes modelos, excluindo os benefícios recebidos pelo trabalhador, como FGTS e Previdência
Fonte: Estudo do economista Bernard Appy

Editoria de Arte

blema. Como você não entende o problema e as distorções, não sabe a forma de resolver. Quer tributar dividendo, isentar até R\$ 20 mil, isso amplia a distorção, estimula a pejetização — alerta o especialista.

Essas duas modalidades de cobrança, lucro presumido e Simples, são muito usadas por profissionais liberais, como médicos, categoria que recentemente pediu ao Ministério da Economia para ser excluída da reforma, que prevê tributação de lucros e dividendos acima de R\$ 20 mil mensais.

Appy alerta para as brechas no planejamento tributário, para tirar vantagem desse limite de R\$ 20 mil.

— O projeto proíbe que a mulher seja sócia do marido. Mas a mulher pode se tornar sócia do amigo e vice-versa. O limite já subiu para R\$ 40 mil.

A Receita pode até flagrar essa situação, mas vai demorar cinco anos para atuar e mais 20 anos para a Justiça decidir se é legítima ou não a atuação — avalia.

Na tributação de lucros e dividendos recebidos pela pessoa física, que faz a alíquota de imposto ser maior para a remuneração mais alta, o planejamento tributário também entra. Não há certeza que haverá distribuição de lucros.

— Quem não precisa da renda para consumir, vai reter o lucro, fazer aplicação na empresa e não na pessoa física — alerta Appy.

Para quem ganha R\$ 10 mil, a correção da tabela dá algum alívio, mas pequeno para os assalariados. A carga tributária cai de 17,5% para 16,15%. Mas a distorção permanece, porque pelo lucro

presumido, mesmo para remunerações menores, a alíquota cai de 9,7 para 4,7%.

Além de profissionais liberais que se uniram contra a proposta por taxar lucros e dividendos em 20% para remunerações de R\$ 20 mil para cima, os estados estão insatisfeitos com a proposta, por reduzir o imposto do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e diminuir a arrecadação.

O projeto do governo previa reduzir a tributação de IR das empresas em cinco pontos percentuais em dois anos. O governo já aceitou reduzir em 12,5 pontos. Outro ponto criticado é o limite para usar a declaração simplificada, que desconta 20% da renda tributada, agora disponível apenas a quem ganha até R\$ 40 mil ao ano. A mudança começou os ganhos com a correção da tabela.

Estados vão se reunir com o relator do projeto e querem alterações

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Insatisfeitos com a proposta que modifica as regras do Imposto de Renda, secretários estaduais de Fazenda marcaram para amanhã uma reunião com o relator do projeto, o deputado Celso Sabino (PSDB-PA). O Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Esta-

dos e do Distrito Federal (Comsefaz) quer conhecer a alternativa sinalizada pelo relator de criar um mecanismo de hedge, um tipo de seguro, para evitar perdas nas transferências para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A estimativa do Comsefaz é que as mudanças propostas no substitutivo do relator

provocarão perdas anuais de R\$ 27,4 bilhões aos estados e municípios. Para os estados, o texto proposto pelo governo era mais palatável, apesar de também necessitar de ajustes. Já a avaliação do substitutivo é que precisa ser rejeitado. Por isso, desde a última semana, Sabino trabalha para apresentar soluções para esses entraves.

Para pleitear mudanças, os

estados já se organizaram em duas frentes. Os secretários de Fazenda discutem as alterações possíveis diretamente com o relator, e os governadores estão em contato com parlamentares, para articular mudanças no plenário.

A avaliação do grupo é de que o texto original previa neutralidade fiscal, mas ao reduzir “drasticamente” a alíquota do Imposto de Ren-

da das Pessoas Jurídicas (IRPJ), o relator acabou gerando um desequilíbrio. Esse imposto é dividido com os estados, diferentemente das compensações criadas pelo relator.

Os secretários também estão atentos à tramitação da proposta que cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que unifica os tributos federais PIS e Cofins, e abrirá espaço para a retomada da discussão sobre a parte da proposta que permitirá o acoplamento do ICMS e ISS.

Não existe planeta B. Cuide do planeta A.

ambipar.com

TCU vê pagamento ilegal em programa de emprego

Modelo de redução de jornada e salário, criado para preservar postos de trabalho, registrou R\$ 247 milhões em créditos irregulares. Profissionais que não tinham direito ao benefício, como servidores públicos e aposentados, receberam recursos

NATÁLIA PORTINARI
natalia.portinari@b3b.oglobo.com.br
@NATALIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou R\$ 247 milhões em pagamentos concedidos pelo governo como compensação a quem sofreu redução de salário e jornada de trabalho por causa da pandemia de Covid-19. A auditoria do TCU se refere ao Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) pago pelo Ministério da Economia entre maio e dezembro do ano passado. O programa foi renovado para este ano, mas ainda não há fiscalização referente a esse novo período.

A suspeita de irregularidades recaí sobre pessoas que não tinham direito a receber o benefício, como servidores públicos federais, estaduais e municipais, empregados com múltiplos vínculos e pessoas que já faleceram. Também há casos de pagamentos em que o total de dias trabalhados é incompatível com o mês.

Em relatório do ministro Bruno Dantas concluído em abril de 2021, o TCU concluiu que 15% do valor pago irregularmente havia sido recuperado. O tribunal destacou que a partir de julho de 2020, quando o TCU trabalhou com o governo federal para corrigir as irregularidades, o número de

pagamentos indevidos caiu.

O maior volume de pagamentos indevidos foi de R\$ 107,9 milhões para titulares de outros benefícios incompatíveis com o recebimento do BEm, como aposentadoria ou seguro-desemprego. O TCU determinou que a Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia tente reaver os pagamentos. Até o momento, 1,3% foi recuperado.

SEM CRUZAMENTO DE DADOS

Tiveram direito ao BEm os trabalhadores com carteira assinada que firmaram, com seus empregadores, acordos de redução de jornada e salário. Hoje, o valor mínimo é de R\$ 477,96 e o máximo, R\$ 1.911,84 por mês. O cálculo se baseia no seguro-desemprego que o funcionário receberia no caso de demissão.

Segundo análise feita pelo TCU, esses servidores que não tinham direito ao benefício foram cadastrados por empresas privadas. Podem ser servidores que atuam com carteira assinada fora do poder público ou nomes inseridos indevidamente, por exemplo. O fato de não haver um cruzamento de dados fez com que o governo pagasse o BEm fora da regra.

Após o alerta do TCU, o governo federal procurou os servidores que constavam no cadastro para pedir a devolução dos valores. Foram iden-

PAGAMENTOS INDEVIDOS DO BENEFÍCIO DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO IDENTIFICADOS PELO TCU (R\$)

Tipo de irregularidade	Pagamentos indevidos	Valor restituído
Benefícios previdenciários incompatíveis com o BEm	107.898.982	1.455.140
Servidores estaduais ou municipais	43.969.821	2.605.779
Total de dias pagos incompatível com o limite no mês	35.114.891	33.696.661
Múltiplos vínculos	16.961.266	163.631
Óbitos depois do acordo*	15.204.871	78.035
Situação CNPJ inválida antes do acordo	12.227.023	37.940
Situação CNPJ inválida depois do acordo	10.945.431	22.215
Servidores federais ativos	4.563.168	180.797
Óbitos antes do acordo	271.116	3.166
Outras divergências	93.879	1.881
Servidores federais inativos	28.808	745
TOTAL	247.279.256	38.245.990

*Quando o suposto beneficiário morreu depois da data em que teria feito o acordo de redução de jornada, mas antes de receber as parcelas do pagamento

Fonte: Tribunal de Contas da União (TCU)

Editoria de Arte

tificados os nomes de 1.093 servidores federais nos três Poderes que, juntos, teriam recebido R\$ 4,5 milhões.

Houve também R\$ 43,9 milhões pagos a servidores públicos de estados e municípios, que tampouco teriam di-

reito ao benefício. O TCU também determinou, como em outros casos, que a Secretaria de Trabalho encontre a melhor forma de reaver esses valores, cuja devolução até agora foi de apenas 5,9%.

Outros R\$ 35 milhões foram

identificados como pagamentos indevidos por o total de dias pagos ser incompatível com o limite no mês. Nesse caso, uma correção no sistema possibilitou a devolução de 96% dos valores, diz o relatório.

Procurado, o Ministério da

Economia frisou que houve 0,72% de taxa de pagamentos indevidos detectados. "A avaliação do TCU foi extremamente positiva", diz o texto. Informou ainda que o sistema preventivo de fraudes bloqueou 98,7 mil acordos de servidores de 1,7 mil casos de óbitos.

CPF DA SECRETÁRIA

Sobre os casos de servidores federais, o ministério não deu detalhes. "Em todos os casos são profissionais que também estão empregados em outras empresas, tais como escolas, hospitais, universidades, etc. Assim, o empregador que lançou o acordo foi o ente privado, não o público".

Investigada pela CPI da Covid do Senado, a secretária de Gestão do Trabalho e Educação do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro, constava na lista de beneficiários do BEm compilada pelo TCU. O Ministério da Economia encaminhou comunicação à Saúde pedindo que ela se explicasse. Em resposta, a secretária apresentou extratos bancários em que, segundo ela, não há registro do recebimento do benefício. A planilha de beneficiários mostra que o valor de R\$ 1,2 mil foi pago no nome dela.

— Incluiram meu CPF, mas provei que nunca recebi qualquer valor em nenhuma das minhas contas — disse Mayra Pinheiro ao GLOBO.

Pasta de Guedes será reformulada como parte da reforma ministerial

Mudanças no Ministério da Economia buscam blindar áreas técnicas do avanço do Centrão na disputa por cargos

GERALDA DOCA
E MANOEL VENTURA
economia@oglobo.com.br
BRASILIA

A medida provisória (MP) que prevê a criação do novo Ministério do Trabalho e Previdência para abrigar o atual chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Onyx Lorenzoni, prevê também mudanças na estrutura do Ministério da Economia, comandado por Paulo Guedes. O ministério de Guedes será desmembrado para dar lugar a nova pasta, por conta da reforma ministerial que abrirá espaço para partidos do centrão no governo.

O GLOBO obteve a minuta da MP, que deve ser publicada hoje no Diário Oficial da União (DOU). A nova pasta se chamará "Ministério do Trabalho e Previdência", de acordo com o texto, que ainda pode sofrer alterações.

A Secretaria Especial de Fazenda, que responde a Guedes e reúne as funções relacionadas à política fiscal do país, passará a se chamar Secretaria Especial de Te-

souro e Orçamento, que manterá as atribuições da primeira.

O objetivo da mudança é blindar o ministério de Guedes da cobiça do Centrão e das áreas políticas do governo pelas atribuições do antigo Ministério do Planejamento — que cuidava de orçamento e gestão de pessoal do governo, além de outras atribuições.

DATA PREV FICA COM GUEDES

Guedes reuniu num só ministério as atribuições das antigas pastas da Fazenda, Planejamento, Trabalho, Previdência e Indústria. Com o desmembramento de Trabalho e Previdência, Guedes resolveu se blindar para não perder as atribuições ligadas à formulação do Orçamento do país.

Será mantida na nova secretaria especial do Ministério da Economia a Secretaria do Tesouro Nacional, comandada por Jeferson Bittencourt, e a de Orçamento Federal, de Ariosto Culau. O secretário de Fazenda, Bruno Funchal, con-

tinuará como secretário de Tesouro e Orçamento.

A Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade, de Carlos da Costa, perderá as atribuições de fomentar a política de emprego, como fazia até hoje. Além desses departamentos, Guedes tem ainda as secretarias da Receita Federal; de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais; de Desestatização e Desinvestimentos; de Desburocratização, Gestão e Governo Digital; e o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), responsável pelas privatizações e concessões.

Para nomear o senador Ciro Nogueira (PP-PI) na Casa Civil, o presidente Jair Bolsonaro colocará o atual ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, na Secretaria de Governo e deslocará Onyx desta pasta para o novo ministério.

A pasta do Trabalho e Previdência ficará responsável pelas áreas de Previdência Social (INSS), previdência complementar (fundos de pensão), política e diretrizes para a geração de emprego e



Troca. Sob Guedes, secretaria de Fazenda, que trata da política fiscal, passará a ser secretaria do Tesouro e Orçamento

renda e de apoio ao trabalhador, política para a modernização das relações de trabalho, fiscalização do trabalho, política salarial, formação e desenvolvimento profissional, segurança e saúde no trabalho, regulação profissional e registro sindical.

Ao ficar responsável pelas aposentadorias e pensões do INSS, a nova pasta terá o maior orçamento da Esplanada dos Ministérios, superior a R\$ 700 bilhões, embora os gastos sejam obrigatórios e praticamente sem margem de manobra.

O ministério também abrirá a gestão do FGTS, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Os recursos do FGTS são usados para financiar políticas de habitação e saneamento, por exemplo, fora do Orçamento Geral da

União. Por outro lado, Guedes conseguiu manter sob a sua gestão a Dataprev (estatal de processamento de dados do governo), que ele pretende privatizar ou fundir com o Serpro (outra estatal que cuida de dados públicos).

SEM ESTRUTURA JURÍDICA

Guedes conseguiu também manter sob seu guarda-chuva grande parte das atividades-meio das secretarias que serão deslocadas do seu ministério. O apoio administrativo e o apoio jurídico prestados às unidades da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia continuarão sendo feitos pela pasta de Guedes. Essas atribuições serão mantidas pela menos até uma nova determinação do governo.

Ou seja, a MP não cria uma estrutura jurídica para o novo ministério. De acordo com fontes que acompanham as discussões, havia uma pressão para que a MP fosse publicada logo, para dar posse a Nogueira e aos outros ministros. Só será possível dar posse formal aos ministros após a publicação da MP, que tem validade imediata, mas precisará ser aprovada pelo Congresso em 120 dias.

Como o GLOBO mostrou ontem, Onyx terá cerca de 200 cargos de gestão de livre nomeação e que poderão ser alvo de indicações políticas.

Os servidores, os empregados e os militares em atividade na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia ficarão transferidos para o Ministério do Trabalho e Previdência.

FMI eleva a 5,3% estimativa de crescimento para o Brasil

Projeção anterior era de 3,7%. Previsão global se mantém em 6%, mas Fundo alerta para recuperação desigual entre países, por causa do ritmo de vacinação

WASHINGTON

O Fundo Monetário Internacional (FMI) revisou para cima a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2021, para um crescimento de 5,3%. A estimativa anterior, divulgada no Panorama Econômico Global em abril, era de expansão de 3,7%. Foi a segunda maior revisão para cima feita pelo FMI, de 1,6 ponto percentual.

Para 2022, no entanto, a previsão para o PIB brasileiro foi reduzida de 2,6% para 1,9%.

— Estamos vendo uma recuperação no Brasil mais rápida do que havíamos previsto — afirmou a economista-chefe do FMI, Gita Gopinath, em entrevista coletiva.

QUEDA NA RENDA 'PER CAPITA'

Para a economia global como um todo, as projeções se mantiveram em crescimento de 6%. O Fundo, no entanto, ressaltou que há mudanças por dentro, já que alguns países tiveram revisões para cima, e outros, para baixo. Para os mercados emergentes, a projeção caiu de 6,7% para 6,3%. Já para as economias avançadas, passou de 5,1% para 5,6%.

A maior revisão para cima foi a do Reino Unido, de 1,7 ponto percentual: de 5,3% para 7%.

Para 2022, a projeção de crescimento global passou de 4,4% para 4,9%.

O órgão alertou, porém, para uma recuperação cada vez mais desigual

entre os países, em decorrência das diferenças no avanço da vacinação.

Nesta revisão do Panorama Econômico Global, o FMI estima que a pandemia vai reduzir a renda *per capita* das maiores economias do mundo em 2,8% ao ano entre 2020 e 2022, em relação às tendências registradas antes da pandemia, enquanto para economias emergentes e economias em desenvolvimento (exceto China), a queda deve ficar em 6,3%.

“Quase 40% da população nas economias avançadas foi totalmente vacinada, em comparação com 11% nas economias emergentes e a uma pequena fração nos países de baixa renda”, apontou Gita em seu blog no site do FMI.

A economista ressaltou que taxas

de imunização maiores levam a uma recuperação econômica mais rápida, enquanto a falta de acesso às vacinas e novas ondas de casos de Covid-19 em alguns países, especialmente na Índia, provocaram o enfraquecimento da economia.

Gita diz ainda que as políticas fiscais ampliam o abismo entre os países. Nas economias avançadas, diz, há um “considerável apoio fiscal”, com US\$ 4,6 trilhões em medidas de combate aos efeitos da pandemia anunciadas para este ano e depois.

Por outro lado, lembra Gita, nos mercados emergentes a maior parte das medidas expirou em 2020 e, este ano, muitos estão elevando os juros por causa da inflação. Além do Brasil, ela cita Hungria, México, Rússia e Turquia.

Ibovespa segue exterior e cai 1,1%,

> O Ibovespa encerrou ontem em queda de 1,1%, aos 124.612 pontos. O principal índice da Bolsa brasileira acompanhou os mercados americanos e asiáticos, em meio à perspectiva de um maior cerceamento às empresas na China.

> Pesou ainda a expectativa

com a reunião do Federal Reserve, o banco central americano, que termina hoje.

> Dos 83 componentes do Ibovespa, apenas 15 encerrou no azul. A maior alta foi da CPFL Energia, com 1,89%, seguida de Itaú, com 0,98%. Ainda no setor bancário, os papéis do Bradesco subiram 0,79%.

> — Foi uma movimentação global, com um sentimento de cautela no mun-

do todo — disse Braulio Langer, analista da Toro Investimentos.

> Em Nova York, o índice Dow Jones caiu 0,25%, enquanto o S&P 500 perdeu 0,72%. A Bolsa eletrônica Nasdaq recuou 1,25%. Em Hong Kong, o índice Hang Seng caiu 4,22%.

> O dólar comercial fechou estável, em leve alta de 0,03%, a R\$ 5,1755. (Stephanie Tondo)

A redução de capital e a reforma tributária

Nos últimos tempos, o Carf tem enrijecido seu posicionamento, tratando muitas vezes como “simulação” a redução de capital com devolução de ativos aos sócios

Por Caio Malpighi

28/07/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas

Uma série de alterações polêmicas nas regras de Imposto de Renda propostas pelo governo federal por meio do Projeto de Lei (PL) nº 2.337/2021 - como a volta da tributação dos dividendos - fez com que outros pontos específicos do texto não fossem notados pelas notícias, como a pretensão de se tributar a devolução de bens aos sócios na redução de capital.

Como essa alteração em especial cuida de questão que, há mais de 30 anos, gera litígios na seara tributária, nada mais oportuno do que inteirar o leitor de seu histórico.

Nos últimos tempos, o Carf tem enrijecido seu posicionamento, tratando muitas vezes como simulação a redução de capital

A redução de capital é operação societária que está prevista no Código Civil e na Lei das Sociedades Anônimas. Pode ocorrer na hipótese de perdas irreparáveis para a sociedade ou em situações de excesso de capital. Nesta última situação, o sócio/acionista receberá em ativos da sociedade parte do que havia sido investido, na proporção do capital reduzido.

Sob a égide fiscal, o artigo 22 da Lei nº 9.249, de 1995, permite que a mensuração do bem alienado na devolução seja realizada (i) ou a valor contábil (de custo histórico de aquisição), (ii) ou então a valor de mercado.

Nessa segunda hipótese, a norma determina que o ganho de capital para fins de incidência do IRPJ/CSLL seja calculado com base na diferença entre o valor de mercado e o valor contábil do bem alienado. A contrário sensu, caso a devolução seja realizada a valor contábil, então não haverá variação positiva passível de tributação, sendo tal operação fiscalmente neutra.

Abre-se um parêntese apenas para mencionar que, após 2015, a Lei nº 12.973 veio trazer neutralidade tributária aos novos padrões contábeis que foram sendo

estabelecidos pela Lei nº 11.638. Dentre esses mecanismos, foi determinado que a tributação da variação decorrente da avaliação a valor justo (AVJ) se desse apenas quando da alienação do bem avaliado, desde que obedecidos os controles contábeis em subcontas específicas. Assim, após essas novas regras, discute-se se a redução de capital com entrega de bens a valor contábil possibilitada pelo artigo 22 da Lei nº 9.249, de 1995, deveria ou não englobar a AVJ caso houver, o que poderia ou não atrair a incidência ganho de capital nessas hipóteses, mesmo para os bens devolvidos a valor contábil.

De todo modo, é certo que a regra do artigo 22 da Lei nº 9.249, de 1995, objeto central deste texto, foi instituída sob a égide da antiga contabilidade, na década de 90, ao lado da isenção da distribuição de lucros e dividendos. Isso é um fato importante pois, anteriormente, como os lucros e dividendos eram tributados pelo Imposto de Renda, existiam regras fiscais rígidas para operações realizadas entre pessoa jurídica e seus sócios, a fim de se evitar a distribuição disfarçada de lucros (DDL). Por tais regras, se um bem fosse transacionado entre sociedade e sócio a valor inferior ao de mercado, presumia-se ocorrida distribuição de lucros e então tributava-se a operação.

O Fisco então passou a autuar uma série de operações de redução de capital com devolução de bens pelo valor contábil, exigindo Imposto de Renda sobre tais operações. A questão foi judicializada e o antigo Tribunal Federal de Recursos (TFR) formou jurisprudência no sentido de que a devolução de bens pelo capital reduzido - no mesmo valor que o originalmente integralizado - não geraria incidência de Imposto de Renda (AC nº 39.393/RS, julgado em 29 de junho de 1983).

Com a edição da Lei nº 9.249, de 1995, algumas medidas fiscais de integração entre a tributação da sociedade e dos sócios foram instituídas, para impedir a dupla tributação (na pessoa jurídica e na pessoa física) da mesma riqueza. Por exemplo, a distribuição de dividendos foi isentada, para o lucro empresarial ser tributado totalmente na pessoa jurídica.

Outra medida de integração foi a neutralização fiscal da redução de capital envolvendo entrega de bens do ativo aos sócios, na esteira da mencionada jurisprudência do TFR, dando ao contribuinte a opção de realizar a alienação a valor contábil, hipótese em que o ganho de capital deixa de ser tributado na pessoa

jurídica, e será tributado somente quando da posterior alienação pelo sócio pessoa física, que fica submetido a uma carga tributária menor.

No início, apesar de ser contestada pelo Fisco em situações supostamente dissimuladas, a utilização da opção fiscal contida no artigo 22 pelos contribuintes foi amplamente aceita pela antiga jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Mas, nos últimos tempos, o Carf tem enrijecido seu posicionamento, tratando muitas vezes como “simulação” a redução de capital com devolução de ativos aos sócios, quando sucedida - em curto período - da venda na pessoa física. Isso quando é verificada a falta de propósito na redução do capital social e a intenção de alienar o bem a mercado da forma fiscalmente menos onerosa possível. Fica claro que a jurisprudência tem se aprofundado na questão.

Agora, com a apresentação do PL nº 2.337, de 2021, o governo federal pretende acabar com essa opção fiscal, propondo uma alteração no artigo 22 da Lei nº 9.249, de 1995, para tributar o ganho de capital na pessoa jurídica, vedando expressamente a devolução de bem pelo valor contábil na redução de capital.

Algumas questões que daí afloram: (i) voltaremos para a discussão que deu azo à jurisprudência do TFR na década de 80, em um cenário de tributação de dividendos aliada à vedação de redução a valor de contábil? (ii) A devolução de bens pelo capital reduzido por excesso seria um evento gerador de ganho, a autorizar a tributação pretendida pelo governo federal, ou seria apenas um fenômeno permutativo, tributariamente neutro? Certamente tais questões precisam ser debatidas.

Caio Malpighi é advogado tributarista na Mannrich e Vasconcelos Advogados, especialista em Direito Tributário pelo IBD e legal advisor da Abrael

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

LINK PATROCINADO

R\$ 79,90 | Mesa cotton multifuncional, a decoração adequada para o interior ou exterior da sua casa

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Farmacêuticos escondem esse poderoso remédio contra o fungos nas unhas! (Veja antes que apaguem)

FUNGOS LIVRE

LINK PATROCINADO

Conheça o holofote solar que tem deixado as companhias elétricas preocupadas

WWW.IZILIFE.COM.BR

LINK PATROCINADO

Tratamento simples contra desvio de septo, ronco e apnéia do sono.

SLIPSONO

LINK PATROCINADO

Mudar a forma de dormir pode prevenir contra dores na coluna e pescoço. Veja agora

PORTAL SAÚDE EM FOCO

LINK PATROCINADO

Uma carta do Diabo escrita por uma freira possuída em 1676 foi traduzida

REST WOW

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Bolsas asiáticas fecham sem direção única; Hong Kong tem recuperação parcial

Investidores ficaram no aguardo de decisão do banco central americano



28/07/2021 08:38 — Em Finanças

Olimpíada 2021: Brasil bate retranca da Arábia Saudita e se classifica em primeiro

A seleção brasileira venceu a Arábia Saudita por 3 a 1 pelo torneio de futebol masculino. Richarlison chegou à artilharia da competição, com 5 gols



28/07/2021 08:32 — Em Olimpíada 2021

Valor em Pauta: Ouça as análises sobre os temas que vão movimentar o mercado hoje

Ouçá sobre a temperatura do mercado internacional, os principais pontos de atenção da agenda do dia, além de discutir os temas políticos e econômicos que devem pautar os negócios



28/07/2021 08:30 — Em Finanças

Volume de pagamentos na Getnet sobe e vai a R\$ 96,4 bi no 2º trimestre

Em número de transações, foram 983 milhões, com elevação de 12,6% no trimestre e alta de 82,6% em 12 meses

28/07/2021 08:23 — Em Finanças

Leia as manchetes desta quarta-feira dos principais jornais brasileiros

Veja os destaques da imprensa nacional

28/07/2021 08:06 — Em Brasil

Fatia de consumidores preocupados com compartilhamento de seus dados no open banking cai a 46%

Conforme a pesquisa Tecban e Ipsos, ao todo, 73% dos bancarizados, ou seja, 7 em cada 10 brasileiros, confiam em bancos já estabelecidos para o compartilhamento dos dados



28/07/2021 08:04 — Em Finanças

Santander fecha trimestre com lucro em alta e soma R\$ 4,1 bilhões

Instituição apontou que as despesas líquidas com provisões para devedores duvidosos ficaram em R\$ 3325 bilhões, alta de 5,2% ante o trimestre anterior e baixa de 0,3% em relação ao segundo trimestre de 2020



28/07/2021 07:14 — Em Finanças

Fui mãe nova e entrei no mercado tarde. Uma graduação continua válida?

A colunista Karin Parodi responde leitora que está em dúvida de fazer uma nova faculdade para mudar de área

28/07/2021 05:01 — Em Divã Executivo

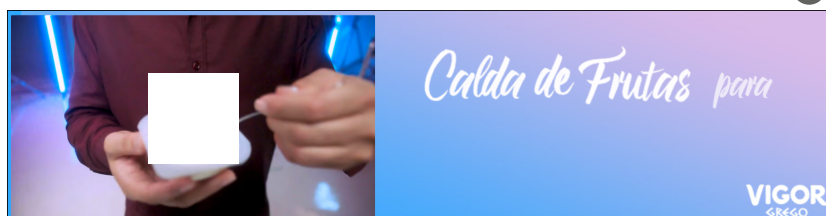
VEJA MAIS

Governo resiste a ceder mais na taxaço sobre dividendos

Guedes e Tostes se reuniram com setores de saúde, educa o, habita o e empresários do Paraná

Por Fabio Graner, Lu Aiko Otta, Raphael Di Cunto e Mariana Ribeiro — De Brasília

28/07/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas



Martins, presidente da Cbic, mostrou pessimismo com resposta às demandas do setor: “Esperança é pequena” — Foto: Ana Paula Paiva/Valor - 27/11/2018

Insatisfeitos com os impactos da reforma do imposto de renda, representantes dos setores de saúde, educação e habitação propuseram a integrantes da equipe econômica que a taxaço sobre dividendos tenha uma alíquota de 2,5% para as empresas do lucro presumido em 2022 e em 5% a partir de 2023, bem menor do que os 20% propostos como regra geral para a distribuição de lucros. Além disso, os empresários pediram isenção para os dividendos distribuídos pelas empresas do Simples - o sistema tributário das empresas menores.

Não houve compromisso da equipe do ministro Paulo Guedes em adotar as ideias. Os técnicos disseram que as propostas serão analisadas e discutidas, ainda que as decisões nesse momento dependam muito mais do Congresso do que do próprio governo.

Uma fonte da Economia não mostrou muita simpatia às ideias, lembrando que todo mundo gostaria de pagar pouco ou nenhum tributo. Outro integrante, por sua vez, avaliou que se as empresas do Simples e do lucro presumido não forem contempladas com um ajuste na proposta, ela poderá ficar parada no Congresso.

O relator da proposta, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), busca uma alternativa para o Simples, conforme disse ao **Valor** anteontem. Na área econômica, há também uma visão de que ajustes podem ser feitos, mas, depois da forte redução do IRPJ no relatório preliminar, é preciso estar atento para que não se arrisque o equilíbrio fiscal. Assim, novas mudanças demandariam compensações.

Duas grandes reuniões foram realizadas ontem pela área econômica sobre a reforma tributária. A primeira, mais ampla, envolveu o secretário especial da Receita, José Tostes, o de Política Econômica, Adolfo Sachsida, os assessores especiais Guilherme Afif e Isaías Coelho e outros técnicos. A segunda reunião envolveu o deputado Diego Garcia (Podemos-PR), representantes de entidades empresariais e do Sistema S do Paraná e foi com o próprio Paulo Guedes.

A principal queixa das empresas do Simples e do lucro presumido, que representam 97% das empresas brasileiras, é que a proposta de reforma do imposto de renda aumenta sua carga tributária. A lógica da proposta, que é reduzir a tributação na empresa e transferi-la para os sócios, com a cobrança de impostos sobre a distribuição de dividendos, não resultaria em desenho neutro para elas. Por isso, essas entidades defenderam ajustes. Do contrário, os custos adicionais poderão ser repassados aos preços de serviços médicos e escolares.

“O lado positivo é que demonstraram abertura para negociar um tratamento adequado às empresas do Simples e do lucro presumido”, disse o tributarista

Ricardo Lacaz. “Mas, infelizmente, a Receita não se manifestou de maneira técnica”, completou.

Tostes disse que está sensível aos pleitos e se comprometeu a dar uma resposta ao grupo nos próximos dias, segundo relatou o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), José Carlos Martins. Ele, no entanto, não está otimista. “A esperança é pequena”, disse.

“De forma geral, a gente acha que não é o momento para essa reforma”, disse o diretor da CBPI Produtividade Institucional, Emerson Casali. “Essa redistribuição de carga entre setores gera insegurança grande e afasta ou atrasa investimentos”.

Casali tem destacado que é preciso discutir um tratamento diferenciado para as empresas do Simples porque elas não se beneficiarão da redução do IRPJ, proposta pelo governo e ampliada pelo relator, deputado. Segundo Casali, a sistemática do Simples já tem progressividade na tributação da renda, que aumenta conforme o faturamento da empresa e taxar os dividendos só eleva a carga.

Martins disse que sua equipe está concluindo uma série de simulações que mostram o efeito da proposta de reforma do Imposto de Renda sobre as empresas do lucro presumido, que representa a maioria do setor de construção. O desenho proposto tornará mais cara a distribuição de dividendos à medida em que a empresa crescer.

Os setores presentes à reunião apresentaram também propostas de ajuste específicas para eles, que a Economia garantiu que as analisaria. As entidades buscam um entendimento com o governo antes de negociar com o relator.

Os empresários paranaenses também apresentaram ao ministro suas insatisfações em relação à proposta. A tributação sobre lucros e dividendos e o fim da dedutibilidade do Juros sobre Capital Próprio (JCP) foram preocupações levadas pelos representantes, explicou Fernando Moraes, presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (FACIAP). “Não vou dizer que a gente saiu 100% satisfeito, mas foi uma reunião produtiva. A discussão está evoluindo, ainda não está completamente fechada.”

Garcia apresentou ainda uma sugestão defendida por tributaristas como o professor Heleno Torres, da Universidade de São Paulo, de tornar mais progressiva a cobrança do imposto de renda pessoa física ao avaliar a capacidade contributiva das famílias de acordo com o número de filhos (o “splitting” familiar). “É um modelo adotado em países como Estados Unidos e Alemanha e que os técnicos disseram que conheciam. Eles ficaram de fazer as contas”, disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

R\$ 79,90 | Mesa cotton multifuncional, a decoração adequada para o interior ou exterior da sua casa

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Gata dá à luz, e veterinários percebem que não são gatinhos

CAR NOVELS

LINK PATROCINADO

Os sintomas mais comuns do diabetes que você deve conhecer!

DO IT HOUSES

LINK PATROCINADO

Farmacêuticos escondem esse poderoso remédio contra o fungos nas unhas! (Veja antes que apaguem)

FUNGOS LIVRE

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

OUTLET CAMISAS

LINK PATROCINADO

Uma carta do Diabo escrita por uma freira possuída em 1676 foi traduzida

REST WOW



COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Investimento direto no país perde fôlego em junho

Os sinais ambíguos do governo e do Congresso na agenda de reformas econômicas e fiscais não ajudam

28/07/2021 05h00 · Atualizado há 3 horas

Os investimentos diretos no país somaram apenas US\$ 174 milhões em junho, bem abaixo da estimativa do Banco Central para o mês, de US\$ 2,5 bilhões. Embora seja precipitado tirar conclusões definitivas a partir de um único dado de um indicador de alta frequência, esse não deixa de ser mais um sinal preocupante da perda de dinamismo no ingresso de capitais estrangeiros dirigidos à produção.

Os investimentos diretos são um capital de qualidade superior. Primeiro, porque é um fluxo mais estável, menos sujeito a fuga do país em períodos de turbulências internacionais. Por isso, é mais adequado para financiar o déficit em conta corrente

e mesmo para suprir a conta financeira. Nesse aspecto, um eventual enfraquecimento do fluxo de investimentos diretos em tese deixa o país mais vulnerável a crises externas.

Em segundo lugar, os investimentos diretos são muito importantes para a transferência de tecnologias estrangeiras e para a integração do Brasil nas cadeias produtivas globais. Uma eventual queda prolongada no ingresso desses capitais, portanto, pode comprometer a expansão da capacidade produtiva e o desenvolvimento da nossa economia.

Por ora, há pouca preocupação quanto ao financiamento externo da economia, apesar de a média mensal de ingresso de investimentos diretos ter ficado em apenas US\$ 1,698 bilhão no segundo trimestre. Mesmo na hipótese pouco provável de que vá continuar nesse ritmo até o fim do ano, não faria diferença para suprir o balanço de pagamentos. A projeção para o ano é um superávit em conta corrente de US\$ 3 bilhões. Além disso, os fluxos de capitais de curto prazo estão fortes. No primeiro semestre, estrangeiros investiram US\$ 21,584 bilhões em ações e em renda fixa no país.

Ainda assim, o quadro pode mudar mais adiante. O superávit em conta corrente é sustentado, em boa medida, pelo bom resultado na balança comercial, que por sua vez está sendo favorecida pelo “boom” das commodities. Não se sabe quanto tempo a bonança vai durar. As despesas com serviços, como turismo, estão sendo

reprimidas pela pandemia e pelo nível ainda reduzido de atividade econômica, que também deprime as remessas de lucros e dividendos.

À medida em que a economia se recupera, é natural que as contas correntes retornem para o negativo. A pesquisa Focus de expectativas do mercado do Banco Central projeta um déficit em conta corrente de US\$ 14,3 bilhões em 2022 e de US\$ 21 bilhões em 2023. Mas, hoje, é muito difícil prever aonde esse resultado negativo poderá chegar. São muitos os fatores em jogo: o ritmo de recuperação da economia, o comportamento da taxa de câmbio e a evolução dos preços das exportações. Antes da pandemia, o déficit superava 3% do Produto Interno Bruto (PIB).

No fluxo acumulado em 12 meses, os investimentos diretos encostaram exatamente nesse nível, em 3,02% do PIB. A projeção do Banco Central é que vá crescer a US\$ 60 bilhões até o fim do ano. Os ingressos registrados em julho, até o dia 23, somam US\$ 4,087 bilhões, e dão alguma esperança de que esse prognóstico se concretize. Mas o mercado vem revendo para baixo a sua estimativa de investimentos diretos para 2021, que caiu a US\$ 53,5 bilhões.

Antes da pandemia, o Brasil recebia cerca de US\$ 70 bilhões em investimentos diretos por ano. Outros países emergentes também sofreram retração importante nesses fluxos. Mas a China e outras economias asiáticas já apresentaram recuperação ainda em 2020, devido à sua estratégia bem sucedida de combate à covid. O Brasil se encontra no bloco de retardatários, mas, com a vacinação, pode ser que recupere uma boa parte dos capitais perdidos no ano passado.

Nas estatísticas, chamam a atenção, em especial, os baixos ingressos de capitais na forma de participação de capitais. Neles, estão os novos investidores que apostam no Brasil, seja na compra de empresas já em operação ou na criação de novos empreendimentos. De 2010 a 2019, ingressaram em média US\$ 55 bilhões em participação de capital. Com a pandemia, esse volume caiu a US\$ 32 bilhões. No primeiro semestre, ficou em US\$ 16 bilhões.

A dúvida é se o investidor estrangeiro que olha o longo prazo terá apetite para risco num ambiente de incerteza. Os sinais ambíguos do governo e do Congresso Nacional na agenda de reformas econômicas e fiscais não ajudam. Parte dos projetos pode ser adiada, diante do clima de incerteza política.

Investimento puxa a retomada após a crise, aponta SPE

Secretaria destaca “qualidade” da reação, liderada pelo setor privado

Por Mariana Ribeiro — De Brasília

28/07/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas

O investimento lidera a recuperação da economia após a crise gerada pela pandemia de covid-19, mesmo com a menor participação do setor público, diz a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia. A retomada, acrescenta, está acontecendo a taxas mais altas que nas crises anteriores e o investimento puxa esse processo “a despeito da redução da participação do setor público”, com menores níveis de consumo e investimento estatal.

A secretaria afirma que se até 2013 o investimento era, em grande parte, financiado por recursos públicos, hoje isso se dá majoritariamente via setor privado. “Não se deve comparar taxas de investimento, que naquela época eram mais altas que hoje, mas sim, a qualidade desse investimento, que é melhor atualmente”, diz em nota informativa divulgada ontem.

Para a SPE, a redução do direcionamento de crédito é fundamental para retomada do investimento. O documento destaca que até 2015 foi crescente a participação dos recursos direcionados no total do crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), mas que, a partir de meados de 2017, o crédito livre cresceu em percentual do Produto Interno Bruto (PIB) e houve forte expansão no período da pandemia.

É observada ainda grande expansão do mercado de capitais, que está relacionada à capitalização das empresas para investimento, diz o documento. Essa capitalização, continua, se dá pela abertura do capital das empresas com lançamento de ações na Bolsa, assim como pelo financiamento privado por meio de debêntures e outros títulos e por meio dos fundos especializados. As debêntures têm registrado aumento na medida em que ocorre o "destravamento do marco regulatório de setores como saneamento, gás e logística”.

Segundo o texto, ao contrário das últimas retomadas, o setor público, agora, não é o “provedor” do crédito e não direciona o capital para os empreendimentos. “Ao contrário do que muitos advogam, menor ativismo estatal não gerou escassez de crédito, e sim, o oposto: houve forte crescimento das fontes de financiamento no ano passado para as empresas e famílias.”

A secretaria destaca que os investimentos têm uma retomada mais rápida e intensa hoje do que em recuperações de crises anteriores e que esse processo tem sido disseminado entre os setores e regiões do país. “Após 12 meses do pior impacto da crise da covid-19 sobre a produção de bens de capital, nota-se que já se atingiu o mesmo percentual máximo de difusão que era observado antes da crise”, diz o texto.

Para a SPE, “está em curso uma mudança qualitativa nos fundamentos do investimento”, tanto em termos de composição quanto de financiamento, e a política econômica do governo, implementada com o Congresso, tem “pavimentado o caminho para a melhora da qualidade do investimento”.

Dentre as reformas microeconômicas realizadas, o texto destaca pautas como o open banking, sandbox regulatório, cadastro positivo e IPCA como indexador de crédito imobiliário. Cita também o marco legal das startups, além de medidas na área de agronegócio, como o Fiagro. “É fundamental aproveitar este momento da retomada econômica para avançar na agenda de reformas pró-mercado e consolidação fiscal”, acrescenta.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por [taboola](#)

LINK PATROCINADO

R\$ 79,90 | Mesa cotton multifuncional, a decoração adequada para o interior ou exterior da sua casa

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Os sintomas mais comuns do diabetes que você deve conhecer!

DO IT HOUSES

LINK PATROCINADO

Farmacêuticos escondem esse poderoso remédio contra o fungos nas unhas! (Veja antes que apaguem)

FUNGOS LIVRE

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

OUTLET CAMISAS

LINK PATROCINADO

Mulher impressiona com sua faca para churrasco!

STF analisará incidência de IR sobre correção de valor devolvido pelo Fisco

Questão é importante para as empresas com bilhões de reais a receber da exclusão do ICMS

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

28/07/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas

Tributarista Daniel Ávila Thiers Vieira: estudo mostra que correção pela Selic representa maior parte do valor que o contribuinte tem a receber — Foto: Leonardo Rodrigues

O Supremo Tribunal Federal (STF) pretende julgar, na próxima semana, uma questão importante para as empresas com bilhões de reais a receber da exclusão do ICMS do PIS e da Cofins. Os ministros vão analisar a possibilidade de tributação de ganhos obtidos com a correção, pela taxa Selic, de depósitos judiciais ou de valores de restituição de tributos pagos a mais - a chamada repetição de indébito.

A Receita Federal cobra Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre esses valores. Somam 34% de tributação. Não há uma estimativa oficial sobre o quanto a União deixaria de arrecadar com uma decisão contra a cobrança, já que depende dos valores a serem restituídos em cada processo judicial.

A questão, porém, ganhou importância com a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. A tese pode ter gerado R\$ 358 bilhões em créditos fiscais para as empresas, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) publicado pelo **Valor**. E a maior parte, R\$ 264,6 bilhões, ainda não foi usada.

O que os ministros vão decidir é se os 34% de IRPJ e CSLL incidem sobre o valor total a receber ou apenas sobre o montante original, excluída a Selic (juros e correção monetária). Quanto mais antiga for a ação, maior será o peso da taxa no volume que o contribuinte tem a recuperar. Em casos com cerca de vinte anos, como alguns do ICMS, advogados estimam que a Selic represente metade do total.

Não há previsão legal expressa para essa tributação. Os contribuintes entendem a Selic como mera correção de valores pagos indevidamente, seja por meio de depósito judicial ou diretamente à União. Já a Receita Federal interpreta que a aplicação da taxa gera acréscimo de capital e, por esse motivo, deve ser tributada. Para o órgão, seriam receitas financeiras que se destinam a remunerar o capital, como qualquer outra aplicação financeira.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já se posicionou tanto de forma favorável como contrária ao contribuinte. Em 2007, a 1ª Seção decidiu contra a tributação por entender que a Selic tem duas funções: recompor o poder de compra, que seria o fator inflacionário, e funcionar como juros moratórios, como uma indenização à empresa por não ter disponíveis os recursos no período (REsp 436302).

Em 2013, a 1ª Seção permitiu a tributação da Selic. Os ministros consideraram que os juros incidentes na devolução dos depósitos judiciais têm natureza remuneratória. E que nos casos de repetição de indébito, pagamentos feitos à União de forma indevida, a Selic seria aplicada como juro de mora e entraria na base de cálculo do IRPJ e da CSLL (REsp 1138695)

De acordo com estudo feito pelo tributarista Daniel Ávila Thiers Vieira, do escritório Locatelli Advogados, se R\$ 100 fossem corrigidos pela Selic desde janeiro de 1995, o contribuinte teria a receber hoje R\$ 484 - ou seja, 80% do valor seria referente à aplicação da taxa. "As empresas têm potencial de recuperação maior à medida que se antecipam e têm ações tramitando quando o Supremo julga determinado tema", afirma.

O caso que está no STF envolve a siderúrgica Electro Aço Altona (RE 1063187). O recurso é da União para reformar decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª